

01 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

TRE-PR vai criar 'central de checagem' para combater fake news

Cúpula do Tribunal falou em coletiva de imprensa sobre as expectativas para as eleições de 2020 e como lidar com os riscos de candidaturas laranjas

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná pretende implementar nos próximos meses uma "central de checagem", com o objetivo de desmentir as chamadas fake news (notícias falsas). O desembargador Tito Campos de Paula, que assume a presidência do órgão na segunda-feira (3), em substituição a Gilberto Ferreira, disse nessa sexta (31), em coletiva de imprensa, que o combate à desinformação será uma de suas prioridades.

"Foi um aspecto que preocupou muito nas eleições de 2018 e é bem provável que se repita agora. Já estamos preparando a montagem de uma central de checagem, com número de telefone e WhastApp para disponibilizar à população. Assim que começarem a chegar determinadas demandas, a gente já vai poder ver o que é verdadeiro ou falso e divulgar a informação correta", conta.

Para Ferreira, o problema é de todos, mas especificamente nas eleições passadas atingiu a credibilidade da Justiça Eleitoral. "Levantou-se dúvidas se havia lisura nas urnas ou não. Isso ficou demonstrado através de perícias e o próprio resultado da eleição



O presidente do TRE, Gilberto Ferreira, lembrou que as "fake news" colocaram em xeque a credibilidade da Justiça Eleitoral

ção comprovou que não houve qualquer tipo de fraude. A população pode ficar tranquila", afirma. A cúpula do Tribunal promete agir de forma "enérgica".

Os desembargadores também comentaram sobre as expectativas para o primeiro pleito 100% biométrico do Estado. "O Paraná passou por um processo de revisão do eleitorado, que durou dez anos, e agora tivemos a honra de finalizar, atingindo o número aproximado de oito milhões de eleitores cadastrados

biometricamente. Estão sendo homologados os últimos municípios, faltam bem poucos, e a partir de então será obrigatório o cadastramento", informa o novo presidente.

Segundo o TRE, mais de 150 mil pessoas podem ter seus títulos cancelados, se não fizerem a adequação até 6 de maio. Também precisaram ir até os cartórios eleitorais aqueles eleitores cujo voto é facultativo (entre 16 e 18 anos incompletos ou acima de 70) e que pretendem participar do pleito.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

01 FEV 2020

Tito Campos de Paula falou ainda sobre um provável aumento no número de candidatos em 2020, em virtude do fim das coligações nas eleições proporcionais. "É bem possível que os partidos políticos, para aumentar sua força, lancem mais candidatos. A gente acredita que ao menos no primeiro turno isso vai acontecer. E o Tribunal está preparado".

CANDIDATURAS LARANJAS

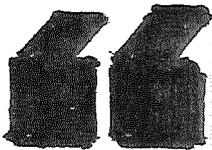
A diretoria do TRE foi questionada sobre o que tem feito para evitar as candidaturas laranjas [de fachada, usadas para as legendas desviaram recursos do fundo eleitoral ou cumprirem a cota de gênero]. "Isso é algo difícil de antecipadamente prever. A pessoa tem direito de realizar sua candidatura e, desde que esteja formalmente correta, a Justiça Eleitoral tem de aceitar. Agora, depois se ocorrer algum problema, entra o papel da fiscalização", pondera De Paula.

O primeiro turno das eleições de 2020 acontece no dia 4 de outubro. Em Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel, cidades com mais de 200 mil eleitores, pode haver segundo turno, no dia 25 de outubro. A coordenadora de Planejamento Estratégico do TRE, Solange Maria Vieira, adianta que o Tribunal trabalha com a possibilidade de São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba) também entrar nesse rol. "O município precisa registrar um acréscimo de dez mil eleitores até 6 de maio, quando fecha o cadastro eleitoral".

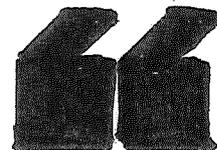
01 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

'Partidos precisam de compromisso com a participação feminina'



*É chocante que
no Congresso
só há pouco
tempo abriram
um banheiro
feminino"*



*As mulheres
precisam de
espaço e esse
espaço é nosso,
também nos
pertence"*

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

01 FEV 2020

Curitiba - Primeira mulher eleita presidente do Iprade (Instituto Paranaense de Direito Eleitoral), em maio de 2019, a advogada Carol Clève tem como mote de gestão o aumento da participação e da visibilidade feminina na política. Em entrevista à FOLHA, ela fala sobre os avanços e retrocessos observados na área, reforça o combate às candidaturas laranja [de fachada, usadas para desviar recursos do fundo eleitoral ou para os partidos cumprirem a cota feminina] e analisa as perspectivas para as eleições municipais de outubro.

“O cenário político do nosso país em relação a esse tema da participação feminina é vergonhoso. Só para você ter uma ideia, o Brasil no ranking dos países com menor participação feminina na política. ‘Ganha’ da Arábia Saudita, do Irã e do Iraque. São países onde as mulheres conquistaram ‘ontem’ o direito de sair às ruas, de dirigir, e contam com mais mulheres na política que o Brasil”, critica.

Quais os principais desafios que tem enfrentado no cargo?

Sensibilizar os políticos, sobretudo no interior, sobre esse tema da necessária participação feminina. Eles precisam entender que, para que haja qualidade na democracia, o pressuposto é que nós tenhamos representatividade, que tenhamos igualdade de gênero na esfera política. Quanto mais igualdade nós temos, melhor é a democracia. Confesso que quando eu vou levando essa pauta, que é a menina dos olhos da minha gestão, muitas vezes vem o desconforto em quem está me ouvindo, nos políticos, vereadores, prefeitos. Eles não entendem essa necessidade. Acham que estão fazendo um favor e que a política não é para mulheres. Essa é a maior dificuldade: o convencimento de que não é um favor. As mulheres precisam de espaço e esse espaço é nosso, também nos pertence.

Como vê a questão da participação da mulher nos Parlamentos? Na Assembleia Legislativa do Paraná, por exemplo, são apenas cinco, dentre 54, proporção que se repete nos demais legislativos e executivos pelo País.

O cenário político do nosso país em relação a esse tema da participação feminina é vergonhoso. Só para você ter uma

ideia, o Brasil no ranking dos países com menor participação feminina na política. “Ganha” da Arábia Saudita, do Irã e do Iraque. São países onde as mulheres conquistaram “ontem” o direito de sair às ruas, de dirigir, e contam com mais mulheres na política que o Brasil. No contexto da América Latina, perdemos para todos. Por isso que precisamos ser muito contundentes nessa fala e precisamos de mecanismos para corrigir esse prejuízo histórico que tivemos.

É a favor de políticas afirmativas?

Sou a favor sim, para corrigir o prejuízo que tivemos ao longo da história. Não faz tanto tempo assim que a gente pode votar. Temos que pensar em reserva de cadeiras, refletir sobre esses temas. Não dá para esperar. A gente precisa de mulheres para já. Tivemos um grande avanço com as decisões do STF (Supremo Tribunal Federal) e do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), de reserva de uma cota do fundo partidário e do fundo especial de campanha para as mulheres. Isso representou uma considerável melhora na representatividade feminina, mas é preciso mais.

Nos últimos anos passou-se a discutir mais o tema, inclusive com essas propostas de paridade. Nesse governo, houve retrocesso?

Esse tema tem sido uma tendência no mundo inteiro. O mundo inteiro discute hoje e reflete sobre a representatividade feminina na política e em geral nos espaços de poder. É uma das pautas da ONU (Organização das Nações Unidas) e o Poder Judiciário está muito atento, muito sensível ao tema, sobretudo o STF (Supremo Tribunal Federal) e o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que hoje conta com uma presidente mulher, a ministra Rosa Weber. Ainda que o governo seja machista e o discurso seja carregado de machismo, o que inclusive deixa terreno fértil para as pessoas se sentirem à vontade para falarem absurdos, o Judiciário vem, ainda bem, atuando de maneira a garantir políticas afirmativas. O governo passa e essas políticas devem ficar.

CONTINUA

Quais os principais debates que acontecem hoje em torno do tema?

Fala-se cada vez mais da reserva de cadeiras. Eu confesso que achava questionável e tenho sido convencida de que essa seria a única maneira de nós alcançarmos logo a paridade de gênero. Outra ferramenta que eu simpatizo é a lista preordenada dos partidos - um homem, uma mulher, um homem, uma mulher. Em razão das várias pesquisas na ciência política que demonstram que dinheiro tem correlação direta com o sucesso eleitoral, ou seja, quem tem dinheiro garantido para custear a campanha tem mais probabilidade de ter êxito, foi então implementada essa política afirmativa pelo Supremo e pelo TSE, no sentido de garantir uma reserva financeira para as mulheres. Ainda que a passos lentos, tenho de reconhecer que essa medida surtiu resultados, tanto que em 2018, a primeira eleição em que foi implementada, já tivemos um aumento. Também tivemos muitas candidatas a vice-presidente. É um sinal de que, com a reserva financeira, as mulheres estão conseguindo ascender e ter mais destaque. A palavra certa é visibilidade. Uma vez conquistando mais visibilidade e conseguindo um cargo de vice, trazem outras mulheres e vão formando uma base, mostrando seu trabalho e conseguindo cada vez mais destaque positivo.

As candidaturas laranja hoje são um problema?

Realmente são. Mas serão mais do que nunca combatidas com veemência pelos órgãos de controle e de fiscalização. A Justiça Eleitoral está pronta para esse combate, o Ministério Público também. A Justiça Eleitoral está muito contundente no discurso e na fiscalização dessas candidaturas fraudulentas e fictícias. Um exemplo foi a decisão no município de Valença do Piauí (PI), dada pelo TSE, que cassou uma chapa inteira. Depois constatou fraude, que as candidaturas de mulheres eram fictícias. Então, a Justiça Eleitoral não tolerará, e acho que está passando bem o recado. Vai ser uma das principais preocupações e o principal desafio para 2020. Os partidos estão cientes de que precisarão ter compromisso com a participação feminina. Do contrário, a fraude, se houver, será identificada e a chapa será, se provada a fraude, cassada.

Fala-se muito em representatividade, que é algo que importa. Mas também que não basta ser mulher, porque há representantes que não defendem pautas relativas aos direitos humanos de mulheres. O que você pensa a respeito?

Claro que tem muitas mulheres que entram e não necessariamente defendem as pautas femininas. Mas um primeiro passo, que é pressuposto, é trazer mulheres. Não importa o que elas defendam. Nós precisamos de mulheres. Isso já é muito simbólico, ter representantes no Congresso, na administração pública e nos espaços de poder em geral. No meu órgão de classe, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), nunca teve uma presidente mulher. É muito triste para um órgão que se diz defensor do Estado Democrático de Direito. Primeiro passo é ter mulheres. Segundo passo é conscientizar essas mulheres de que precisamos nos apoiar. Quando uma dá um passo, todas vêm junto. Aquela que vai desbravando desbrava não só por ela mesma, mas para todas as outras. Nesse mundo tão masculino, quando a gente consegue ascender a um cargo, conquistar alguma coisa, a gente está trazendo outras mulheres. Quando você abre caminhos, vai neutralizando esse processo.

Os espaços de poder - tanto no aspecto físico, de estrutura, como de organização (horário de reuniões) - são pensados para mulheres?

Os espaços não estão preparados para mulheres. É outro problema a ser enfrentado. É chocante que no Congresso só há pouco tempo abriram um banheiro feminino. Sempre digo: muitas vezes a história de que mulher não gosta de política, não quer entrar para a política, é uma mentira. Ela não tem condições. É um problema de logística, de estrutura. Quem vai ficar com o filho? Como faz? Os homens precisam entender que eles também têm esse papel doméstico. A igualdade começa no espaço privado e esse espaço privado vai ser refletido no espaço público. Muitas vezes somos tiradas do espaço público porque somos sufocadas pelas atividades da vida privada. É uma mudança, eu diria, estrutural, cultural, muito mais profunda e que não é da noite para o dia.

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

01 FEV 2020



Presidente do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral, Carol Clève defende a bandeira do aumento da visibilidade feminina na política

01 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

Justiça determina indenização por falta de cilindro de oxigênio

Equipamento foi usado para bombear chope em festa na casa do então prefeito de Luiziana

Katna Baran

Folhapress

Curitiba - O TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) confirmou a condenação do município de Luiziana (Centro-Oeste), e aumentou o valor da indenização a ser paga aos filhos de uma mulher que morreu após privação de oxigênio durante um deslocamento de ambulância.

A mulher sofreu um infarto e precisou ser transferida para um município vizinho para tratamento. Porém, o único cilindro portátil de oxigênio da cidade estava na casa do então prefeito Jose Claudio Pol, e servia para bombear chope em uma festa familiar. Fotos foram compartilhadas em redes sociais e usadas como provas na ação.

O tribunal considerou que o transporte por cerca de 30 km foi feito sem a devida oxigenação, o que contribuiu para o agravamento do quadro e a consequente morte da mulher. A decisão unânime da 2ª Câmara Cível do TJ-PR é de dezembro do ano passado, mas foi divulgada nesta terça-feira (28). O caso ocorreu em

janeiro de 2013.

O município havia recorrido da decisão de 1ª grau, que julgou que a ausência de respiração artificial reduziu a chance de sobrevivência da mulher, ocasionando o dano aos filhos. A defesa alegou que não havia relação direta entre a morte e a conduta do município, já que a vítima não morreu na ambulância, mas cerca de 40 horas após chegar à cidade vizinha.

Na 1ª instância, a prefeitura foi condenada a pagar R\$ 20 mil para cada um dos dois filhos da mulher que entraram com o pedido de indenização. Nesta nova decisão, no entanto, o valor do dano moral foi quadruplicado para R\$ 80 mil para cada um, somando R\$ 160 mil.

O relator do caso no TJ-PR, José Joaquim Guimarães da Costa, considerou a conduta grave ao majorar a verba indenizatória. A defesa dos filhos recorreu na decisão, pois considera que o valor é diferente do ajustado por tribunais superiores em casos parecidos. No pedido inicial, eles pleiteiam R\$ 187,4 mil cada um.

“Já é um acalento [a nova decisão] porque a sentença

inicial, embora tivesse reconhecido a responsabilidade do município, instituiu um valor que é dado até para quem tem o nome colocado indevidamente no Serasa”, avaliou o advogado dos dois filhos, Rafael Veríssimo.

Procurada, a assessoria da prefeitura de Luiziana informou que o município ainda não foi notificado da decisão e que ainda avalia a possibilidade de recorrer da condenação.

Jose Claudio Pol não é mais prefeito da cidade. Ele foi denunciado por peculato (desvio do patrimônio público para uso particular) e homicídio qualificado por motivo fútil com dolo eventual.

O Ministério Público alegou que ele assumiu o risco de produzir a morte da paciente ao utilizar o equipamento do hospital. Em março do ano passado, a juíza do caso decidiu que o ex-prefeito deve ser julgado pelo Tribunal do Júri. Ele recorreu da sentença.

Em nota, advogados do ex-prefeito ressaltaram que a ação de indenização foi movida apenas contra o município, o que indicaria que os próprios autores não atribuíram fato ilícito a Pol.

01 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA LUIZ GERALDO MAZZA

Biruta de aeroporto

Comparar as hesitações decisórias do Judiciário a biruta de aeroporto dão ideia da impossibilidade de haver na área a decantada segurança. As decisões dos ministros Dias Toffoli e de Luiz Fux cancelando provisoriamente (seis meses) e definitivamente o juiz de garantia reforçam essa visão voltada para o peso das decisões monocráticas, um dos maiores absurdos das práticas judiciais e aqui na terrinha já tivemos, por duas vezes, a anulação de sentenças pelo TJ contra Abib Miguel, o Bibinho, operador mais destacado dos ``Diários Secretos``. A mais recente foi a decisão por três votos a dois da Câmara Criminal declarando nulas as provas utilizadas na Operação Ectoplasma II e consequentemente a sentença condenatória da 9ª Vara Criminal a 23 anos de reclusão contra Bibinho, impondo-se o retorno dos autos à origem para que haja nova decisão.

O surpreendente nessa questão tem sido o fato de nenhuma investigação alcançar deputados como membros da Comissão Executiva na questão dos fantasmas como se o diretor administrativo da Casa não tivesse seus atos referendados por ela e estivesse acima de qualquer controle à margem absoluta de vasos comunicantes.

No disparo

Nessa semana, a Polícia Federal em conexão com o Ministério Público Federal e a CGU (Controladoria Geral da União) deflagrou no Paraná, São Paulo e Santa Catarina a operação Epagoge (em grego induzir alguém) que visa apurar fraudes de mais de R\$ 60 milhões em licitações com a União de empresas pertencentes ao mesmo grupo em ajuste e prejudicando a concorrência nas licitações. Setenta e cinco policiais e seis auditores da CGU cumpriram 22 mandados de busca e apreensão em Curitiba, Piraquara, Guaratuba, Balneário Camboriú e capital paulista. As empresas participaram de forma simultânea de 6.677 processos de licitação eletrônicos em todo País.

Botão

A esperança das mulheres sob medidas protetivas aposta na melhora dessas condições com o botão do pânico que já chegou a Londrina. O fato é que os rituais protetivos têm revelado fragilidades que impõem maior dureza aos infratores evidenciada na reincidência abusiva. Resultado trágico é a constatação de casos de feminicídio pela circunstância de a malha defensiva não funcionar como deveria.

01 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

Nenhuma a menos

Grupos organizam atos de repúdio ao feminicídio após assassinato de bailarina em Maringá; manifestações devem ocorrer em, pelo menos, oito cidades do Brasil

Viviani Costa

Reportagem Local

“A nossa sociedade está doente! Isso precisa acabar. Até quando isso vai persistir?”, questiona o pai da bailarina Maria Glória Poltronieri Borges, 25, encontrada morta no último domingo (26) em Mandaguari, Norte do Paraná. O corpo, com sinais de violência sexual, foi localizado em uma propriedade rural próximo a uma cachoeira.

Mesmo diante do luto pela perda da filha, Maurício Borges se viu obrigado a buscar forças para defendê-la diante de argumentos lançados para culpar a própria vítima pelo assassinato. “Eu e minha esposa somos de famílias de mulheres fortes e isso fez com que eu, meus irmãos e todos os homens da nossa família fossem homens sensíveis à causa da mulher. Homens que desprezam o machismo, que acompanham as mulheres sempre lado a lado e as respeitam. Só que, mesmo com tudo isso e tendo essa percepção, eu nunca havia sentido na pele o que as mulheres no Brasil sentem. Foram demonstrações de como a situação da mulher no Brasil é precária, de como ela é desrespeitada, de como é tratada como um subgênero, como um objeto”, lamenta.

O pai conta que Maria Glória, conhecida pelos amigos como

Magó, possuía uma companhia de dança em parceria com a irmã. Além de professora de balé e universitária, a jovem fazia capoeira e sempre buscava o equilíbrio entre o corpo e a mente. “Ela tinha um trabalho espiritual muito forte focado nos elementos da natureza. Por esse motivo, ela foi aquele dia na cachoeira. (Na semana em que se comemora) o dia de São Sebastião e nas religiões de matriz africana, o dia de Oxóssi, que é o guardião das matas, ela foi até lá para rezar”, conta.

A jovem chegou à pousada na propriedade rural no sábado (25) onde pretendia acampar. Equipes da Defesa Civil faziam treinamento no local. A mãe e a irmã retornaram no domingo e começaram as buscas na mata assim que souberam do desaparecimento de Magó. O corpo foi encontrado pela irmã dela no início da tarde.

Enquanto aguardavam a chegada da polícia e dos investigadores, a mãe e a irmã da vítima ouviram e presenciaram as primeiras tentativas de responsabilizar Magó pela própria morte. Entre elas, o fato de ter ido sozinha ao local para acampar.

“Ela foi assassinada com um requinte de violência tão absurdo que revolta qualquer pessoa. Eu que estive no local onde ela faleceu, acompanhei a perícia feita pela Polícia Civil e pela

Polícia Científica... Nos detalhes você via os requintes dessa bárbarie. [...] A partir desse fato lastimável que aconteceu com a minha filha, vou tornar a defesa da mulher, a proteção da mulher e a igualdade da mulher como bandeiras da minha vida para que atos como esse não aconteçam mais”, frisa Maurício.

O crime é investigado pela Polícia Civil de Mandaguari com o apoio da Polícia Civil de Maringá. Dezenas de pessoas já prestaram depoimento. Ninguém havia sido preso até o início da tarde desta sexta-feira (31). A principal linha de investigação é o feminicídio. Segundo laudo do IML (Instituto Médico-Legal), a bailarina foi estrangulada. A polícia ainda aguarda resultados de exames para verificar se houve violência sexual.

O assassinato da bailarina mobilizou parentes, amigos e defensores dos direitos das mulheres em diversas cidades do Brasil. Atos de repúdio à violência contra a mulher serão realizados neste sábado nas cidades de Maringá, Curitiba, Campo Mourão, Florianópolis (SC) e Campo Grande (MS). Em Maringá, o protesto está marcado para 16 horas, na praça da prefeitura. Grupos, como a Frente Feminista de Londrina, também estão mobilizados em todo o País.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

01 FEV 2020

Por aqui, uma reunião aberta está marcada para as 16 horas, no Zé-rão. Em São Paulo, Belo Horizonte (MG) e Itaparica (BA) os protestos serão realizados no dia 8 de fevereiro.

O feminicídio tornou-se uma qualificadora para o crime de homicídio cometido contra mulheres. A lei de março de 2015 estabelece que a pena pode ser agravada quando o assassinato envolve menosprezo ou discriminação à condição de mulher e violência doméstica e familiar. A pena varia de 12 a 30 anos de reclusão. A punição aumenta quando o crime ocorre na presença de parentes da vítima, quando a mulher é gestante ou foi morta três meses após o parto e quando o crime ocorre contra menores de 14 anos, maiores de 60 anos ou pessoas com deficiência.

Dados do Nupige (Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero) do Ministério Público do Paraná apontam crescimento de 60% na quantidade de inquéritos policiais abertos para apurar casos de feminicídio no Estado. Em 2015 (ano em que lei entrou em vigor) foram instaurados 129 inquéritos de feminicídio no Paraná. Em 2019, a quantidade saltou para 207. Só em janeiro deste ano, 16 investigações já foram iniciadas. Desde 2015, os promotores apresentaram 762 denúncias à Justiça e os números crescem a cada semana.

'É um ato por todas as mulheres'

A mobilização articulada a partir da morte da bailarina Maria Glória Poltronieri Borges conta com a participação de mais de 400 organizadores. A professora universitária e também bailarina Paula Marroni, uma das envolvidas no grupo, ressalta que a iniciativa ocorreu de forma espontânea.

"É um grupo de mulheres e de homens indignados com a violência sofrida pelas mulheres. Nosso foco é combater esses crimes. É um ato pela vida de todas as mulheres, cis e trans, independente da raça e da classe social. Nosso objetivo não é separar e nem excluir, é agregar. Somos todas sobreviventes", afirma Marroni. Ela frisa que a mobilização é apartidária.

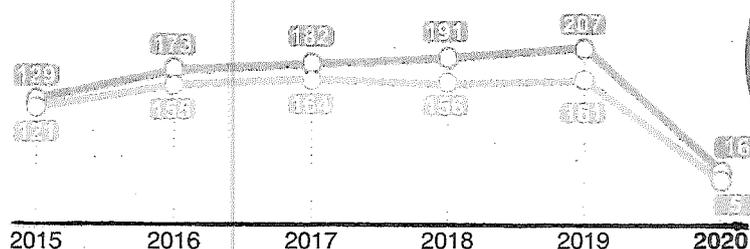
O evento criado nas redes sociais com o título 'Nenhuma a menos - Ato de repúdio ao feminicídio' teve a confirmação de mais de 2.700 participantes em Maringá até o início da tarde desta sexta-feira.

"Decidimos não nos calar mais. Semana passada ocorreu outro feminicídio aqui na região. Nunca tivemos uma morte assim tão seguida da outra. Parece que quanto mais o tempo passa, mais curto fica o espaço de tempo entre os casos de violência contra a mulher", destaca a designer e artista maringense Gabriela Tornai, que também participa do grupo.

A designer foi a responsável por elaborar o cartaz do ato de repúdio que lembra a morte de 37 mulheres na região de Maringá nos últimos seis meses. Conforme o grupo, a cada duas horas, uma mulher é vítima de feminicídio no Brasil. "Essa onda de violência precisa parar. Eu mesma já me calei. Fui abusada sexualmente na infância. Fiquei muito mal com a notícia da Magó e resolvi colocar tudo para fora através da arte. Me inspirei no livro 'Mulheres que correm com os lobos', da autora Clarissa Pinkola Estés. A mulher selvagem tem o seu próprio instinto e se defende." (V.C.)

ESTATÍSTICAS DE FEMINICÍDIO NO PARANÁ

■ Inquéritos instaurados
■ Inquéritos denunciados



Fonte: Ministério Público do Paraná



CONTINUA

01 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Mudança cultural

Estatísticas diversas e a subnotificação de casos de feminicídio no Brasil ainda desafiam o combate à violência contra as mulheres. Para a coordenadora do Núcleo Maria da Penha da UEM (Universidade Estadual de Maringá), Crishna Correa, é preciso haver uma mudança cultural, integração entre os setores e investimentos para reunir as estatísticas sobre o tema.

“Sempre lamentamos muito que as mulheres ainda estejam sendo assassinadas e esperamos que pelo menos a morte dessas mulheres chame a atenção do Estado para a necessidade de que nós precisamos trabalhar muito mais no eixo preventivo dessa violência. Apesar da gente ter, desde 2006, a Lei Maria da Penha para tra-

tar da violência doméstica, apesar de a gente ter, desde 2015, a lei do feminicídio, apesar da gente ter a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres há alguns anos, a gente não pode dizer que as mulheres têm uma liberdade efetiva. As mulheres são mortas quando terminam relacionamentos, quando caminham sozinhas, enfim, de diversas formas, em diversos lugares”, destaca.

Correa aposta na educação e no debate aberto para uma possível mudança cultural. “Nós precisamos discutir tanto na educação familiar, dentro de casa, quanto na educação escolar por quais motivos as mulheres são mortas, por que o machismo existe, por que o machismo é uma questão estrutural na nossa socie-

dade, por que as pessoas pensam que o corpo da mulher é um corpo à disposição dos homens”, frisa. A coordenadora do núcleo ressalta ainda que os investimentos precisam ser aplicados para estruturar o atendimento às vítimas de agressão.

“Vemos, cotidianamente, as mulheres sendo culpadas pelas agressões que sofreram. Justificativas como a mulher não estava no lugar certo ou não estava se comportando como essa lógica machista acha que ela deveria se comportar que é presa dentro de casa, evitando estar sozinha. Tudo isso é uma agressão absoluta a nossa liberdade de expressão”, finaliza. Denúncias de violência contra a mulher podem ser feitas por meio do telefone 180 em todo o País.(V.C.)

FOLHA DE LONDRINA

A luta pelo fim da cultura
do feminicídio

EDITORIAL

Homens e mulheres de pelo menos três cidades foram às ruas na tarde do último sábado (1) para homenagear a bailarina Maria Glória Poltronieri Borges, de 25 anos, assassinada no dia 26 de janeiro. A manifestação também pedia o fim da violência contra a mulher.

Os protestos aconteceram em Maringá, Curitiba e Londrina, conforme a **FOLHA** mostra na edição desta segunda (3).

O corpo da jovem foi encontrado por familiares próximo a uma cachoeira em Mandaguari, no Norte do Estado, com sinais de violência sexual. Ela foi estrangulada.

O pai da vítima, Maurício Borges, tirou da dor desse momento traumático a força para seguir em frente e disse que de agora em diante pretende trabalhar pelo fim da violência contra a mulher e pela defesa dos direitos delas.

Em entrevista à **FOLHA**, publicada na edição do último fim de semana, Borges resumiu a sua indignação e revolta em uma frase: "A nossa sociedade está doente! Isso precisa acabar. Até quando isso vai persistir?"

Mesmo diante do luto pela perda de Magó, como era chamada, familiares e amigos ainda tiveram que sair na defesa da bailarina respondendo àqueles que buscavam na cultura machista a velha e odiosa mania de culpar a própria vítima.

O fato dela ter ido acampar sozinha em uma pousada acabou sendo usado, mesmo inconscientemente, por muita gente como justificativa para a violência. E a moça só procurava por momentos de paz e reflexão.

Apesar das mudanças na legislação visando a proteção à mulher, o Brasil não evoluiu muito nos últimos anos. Temos a Lei Maria da Penha e mais recentemente foi aprovada a lei que torna o feminicídio uma qualificadora para o crime de homicídio contra a mulher. Mesmo assim estamos em um país inseguro para as mulheres.

No mundo inteiro, elas sofrem com assédio e outros tipos de violência nos lugares públicos. As meninas e mulheres estão vulneráveis, no transporte, nas ruas sem iluminação adequada ou em moradias precárias.

Até o fechamento deste editorial, a Polícia ainda não havia apontado o responsável, ou os responsáveis, pela morte de Magó. A esperança é que o assassino seja identificado o mais rápido possível e uma resposta seja dada à família, aos amigos e à sociedade.

Porém, a prisão do culpado não é a única coisa que a sociedade espera do poder público. O anseio é por escolas, universidades, instituições e empresas que não reproduzam a cultura machista. E por cidades que levem em conta a segurança da mulher que deseja ser livre e viver sem medo.

@brigado por ler a FOLHA!

03 FEV 2020

03 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Ganham força novas regras para ministro do STF

O senador Lasier Martins (PSD-RS), um dos mais corajosos críticos da soberba de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), afirma que ganhou força e deve ser aprovada sua proposta de emenda que altera as regras para nomeação dos ministros da Corte. Aprovada a PEC, o Brasil adotará regras semelhantes a de países europeus, sem vitaliciedade, os ministros terão mandato de dez anos e a escolha não será mais prerrogativa exclusiva do presidente da República.

Será lista tríplice

Outra regra de ouro na PEC é a escolha dos ministros: comissão de juristas enviará lista tríplice de candidatos ao Palácio do Planalto.

Promessa é dívida

Presidente da CCJ do Senado, Simone Tebet (MDB-MT) prometeu a Lasier Martins que sua PEC será votada até março, na comissão.

Bom como está?

Para Lasier, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, não se interessa pela PEC do Supremo, mas acha que a levará ao plenário.

Modelo anacrônico

Hoje, os ministros do STF são escolhidos pelo presidente da República e exercem o cargo até os 75 anos, data limite de aposentadoria.

01 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

O juiz das garantias é necessário para atestar a imparcialidade do processo penal?

DORGE ANTONIO MAURIQUE

Juiz aposentado e ex-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) entre 2004 e 2006

Sim Efeito perseverança

Devemos assegurar que o juiz que julga nunca seja parte

A instituição do juiz das garantias, através da lei 13.964/2019, sem dúvida colabora para garantir a confiabilidade no sistema processual penal no sentido de que é imparcial, assegurando a paridade de armas entre acusação e defesa.

Com efeito, a partir da Constituição Federal de 1988, o nosso sistema processual penal é o acusatório, assegurando o direito ao devido processo com o contraditório e a ampla defesa; a igualdade entre as partes do processo; o princípio do estado da inocência até que decisão transitada em julgado afirme a culpa; e o princípio do juiz natural, vedando a existência de juízos de exceção e determinando a separação entre quem investiga, quem acusa e quem julga.

A instituição pelo Brasil do sistema do juiz das garantias, que significa um magistrado que garanta durante a fase de investigação os direitos do acusado e adote medidas circunscritas a esta fase, impedindo-o de participar do estágio do julgamento, coloca nosso sistema ao lado de outros países da Europa e das Américas. Busca-se evitar a contaminação do magistrado julgador pelas visões que externou o juiz ou a juíza que atuou na fase da investigação.

O jurista italiano Francesco Carnelutti, a quem todos os profissionais jurídicos pranteiam, mas que nem todos

honram, afirmava em sua obra "As Misérias do Processo Penal" que "em suma, é necessário não ser parte para ser juiz". Dizia ainda o mestre que "A justiça humana não pode ser mais do que uma justiça parcial; a sua humanidade não pode deixar de ser resolvida na sua parcialidade. Tudo que se pode fazer é diminuir esta parcialidade".

O juiz das garantias busca diminuir ou evitar, ainda que pareça impossível, a parcialidade no processo penal, assegurando os princípios garantidos na Constituição Federal e antes delineados. Essa nova figura busca assegurar que o juiz que julga nunca seja parte!

O jurista alemão Bernd Schünemann analisou com precisão o fenômeno do juiz que participa da investigação e também julga, no que chamou de perseverança do juízo provisório de culpa.

Schünemann demonstrou, através de uma pesquisa com 35 juízes alemães, que os 17 juízes que participaram da fase de investigação efetuaram um juízo de condenação, enquanto dos que não participaram dessa fase, 10 absolveram e 8 condenaram.

O efeito perseverança, ainda que inconsciente, termina por afetar a capacidade do julgamento imparcial que a Constituição garante, por mais esforçados que sejam os julgadores brasileiros.

Penso que o magistrado

que participa da investigação, determinando medidas constitutivas ou recebendo a denúncia, forma uma opinião provisória sobre os fatos que dificilmente será desfeita caso seja incumbido de julgar o caso. Aliás, a legislação brasileira, aqui e acolá, já intuía a contaminação da imparcialidade quando, por exemplo, delimitava a atuação do juiz togado nos processos de júri, colocando limites ao que podia afirmar na sentença de pronúncia e nas perguntas aos jurados, através dos quesitos.

Concluo que necessitamos efetivamente da instituição do juiz das garantias para assegurar e atestar a imparcialidade do Poder Judiciário.

Essa certeza fica reforçada pela reação de boa parcela dos juízes e das associações corporativas às recentes reportagens jornalísticas divulgadas pelo site The Intercept Brasil, as quais demonstram haver um problema grave na percepção dos papéis dos atores do processo penal brasileiro.

CONTINUA

Não Já temos quatro instâncias

A Justiça brasileira é imparcial, mas também precisa ser efetiva

A polarização política dos últimos anos pode ser analisada a partir de diversos parâmetros. No campo do direito penal, esse extremismo é revelado pelas paixões que as alterações na jurisprudência e na legislação provocam e que, invariavelmente, são medidas apenas pela régua da Operação Lava Jato.

Esse maniqueísmo atrapalha, pequena e impede o verdadeiro debate que está sendo deixado de lado: o que precisamos fazer para termos uma Justiça penal imparcial e efetiva? Ou seja, uma Justiça que garanta o devido processo legal, mas que também estabeleça a punição adequada e no tempo oportuno para aqueles que cometem crimes.

De acordo com o Atlas da Violência do Ipea, estima-se que os custos da violência no país atingem aproximadamente 6% do PIB, ou algo em torno de R\$ 420 bilhões. O que estamos fazendo para reverter esse quadro?

Na prática, pouca coisa. Basta analisar quais discussões dominaram o cenário político nos últimos anos: a possibilidade de execução da pena a partir da decisão de segundo grau, as mudanças na lei de abuso de autoridade e, agora, o juiz das garantias.

Enquanto debatemos se é constitucional a execução da pena a partir da decisão de segundo grau, temos mais de 300 mil presos provisórios, muitos deles ainda que não foram condenados nem no primeiro grau.

Enquanto debatemos se o modelo de controle do Poder Judiciário precisa ser feito pela via da criminalização da atividade judicante, dados oficiais revelam que somente 6% dos homicídios dolosos são esclarecidos no Brasil.

Agora debatemos o instituto do juiz das garantias. Precisamos desse novo modelo que prevê a divisão de trabalho entre o juiz que vai acompanhar a fase de investigação, que se dá antes da denúncia, e o do juiz que vai julgar o processo?

Entendemos que não. O argumento que mais se usa para justificar a necessidade dessa alteração seria a finalidade de aproximar o sistema processual penal brasileiro do padrão europeu, no qual, em regra, há essa separação de papéis desempenhado pelos juizes: o juiz que acompanha a investigação não é o mesmo que julga o processo. Mas quando essa comparação é feita, convenientemente se esquece do outro lado da moeda: em que modelo europeu uma investigação que se encontre ainda na fase policial pode ser discutida no âmbito de uma corte constitucional? Em nenhuma, é a resposta.

Cada um dos modelos tem as suas características. O modelo brasileiro historicamente não separa a figura dos juizes, mas permite que, na Justiça Federal, por exemplo, desde a fase policial, o procedimento seja controlado não apenas pelo juiz federal de primeiro grau, como também pelo Tribunal Regional Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal. Não temos um juiz das garantias. Temos quatro instâncias de garantias.

Isso somado ao fato de que a execução de qualquer pena restritiva de liberdade só poderá se dar a partir do trânsito em julgado da decisão condenatória, a resposta à pergunta só pode ser uma: não precisamos da figura do juiz das garantias para termos uma Justiça imparcial.

A imparcialidade já é garantida pela existência de um modelo constitucional que prevê longa marcha processual, marcada pela fase da investigação, da denúncia, da sentença, dos recursos e do trânsito em julgado, todas plenamente controláveis pelo Poder Judiciário.

Já temos uma Justiça imparcial. Precisamos de uma Justiça efetiva.

01 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Defensoria pede suspensão da liminar de Fux que adiou juiz das garantias

Reynaldo Tuollo Jr.

BRASÍLIA A DPU (Defensoria Pública da União) pediu nesta sexta-feira (31) ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, a suspensão de liminar concedida pelo ministro Luiz Fux que adiou por tempo indeterminado a implantação do juiz das garantias.

A nova figura, criada pelo Congresso no pacote anticrime e sancionada em dezembro pelo presidente Jair Bolsonaro, originalmente entraria em vigor no dia 23 de janeiro.

Responsável pelo plantão do STF durante o recesso, Toffoli inicialmente prorrogou aquele prazo por seis meses. Um dos argumentos é que não haveria tempo razoável para o Judiciário se adaptar à mudança.

Na semana seguinte, Fux, que é vice-presidente do tribunal, assumiu o plantão e revogou a decisão de Toffoli, suspendendo a implantação por prazo indeterminado.

Fux é o relator de quatro ações que questionam a constitucionalidade da nova figura. Ele deixou o plantão do STF na quarta-feira (29), novamente substituído por Toffoli.

Nesta sexta, a DPU ingressou com pedido de suspensão da decisão de Fux, abrindo a possibilidade de nova reviravolta. A peça é assinada pelo defensor público-geral federal, Gabriel Faria Oliveira, e pelo defensor público federal Gustavo de Almeida Ribeiro.

Fux também havia barado outro dispositivo do pacote anticrime que prevê a liberação do preso que não passar por audiência de custódia em um prazo de 24 horas. A DPU pede que Toffoli suspenda esse ponto da liminar, sob o argumento de que é preciso evitar grave lesão à ordem.

Pela nova lei, o juiz das garantias será responsável por acompanhar os inquéritos, analisando pedidos de quebra de sigilo e de prisão provisória, até o recebimento da denúncia. Esse juiz não poderá atuar na fase posterior, da ação penal.

Defensores da criação da nova figura afirmam que ela ajuda a assegurar a imparcialidade do Judiciário.

01 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Após crise, Bolsonaro sinaliza de novo que pode indicar Moro para o STF

Acelerar nomeação para o Supremo tiraria o ministro da Justiça da corrida em 2022 e daria ao presidente mais controle sobre a PF

Gustavo Uribe e
Daniel Carvalho

BRASÍLIA A mais recente crise política com o ministro da Justiça, Sergio Moro, levou Jair Bolsonaro a colocar novamente o ex-juiz da Lava Jato como seu preferido para substituir o ministro Celso de Mello no STF (Supremo Tribunal Federal).

O decano se aposentará em novembro, abrindo espaço para o presidente emplacar seu primeiro nome na corte.

Aliados de Bolsonaro veem no gesto de indicar Moro um movimento para blindar um cenário em que ele pode surgir como seu adversário na disputa presidencial de 2022.

Segundo relatos feitos à Folha, o ministro tratou da possibilidade de ir para o STF em conversa com o presidente após a polêmica sobre a recriação do Ministério da Segurança Pública, hoje integrado à pasta da Justiça.

O diálogo reservado foi apelidado por integrantes da equipe de Moro como uma "DR", uma discussão da relação.

A indicação para o Supremo também abriria espaço para que o chefe do Executivo tenha mais ingerência no Ministério da Justiça, algo que ele vem buscando desde o começo do governo.

Um dos pontos sensíveis é a Polícia Federal. A saída de

Moro pavimentaria o caminho para Bolsonaro mexer no seu comando, desejo já sinalizado por ele no ano passado.

Em julho de 2019, em aceno à bancada evangélica, o presidente havia definido que escolheria para o Supremo um jurista com respaldo da comunidade religiosa.

"Poderei indicar dois ministros para o Supremo Tribunal Federal. Um deles será terrivelmente evangélico", disse.

O ministro da AGU (Advocacia Geral da União), André Mendonça, surgiu então como primeira opção, tendo sido citado pelo próprio Bolsonaro.

Nos bastidores, no entanto, o presidente passou agora a cogitá-lo para a segunda cadeira a ficar no vaga no STF, a do ministro Marco Aurélio Mello, que tem aposentadoria prevista para 2021.

Para essa posição também está na lista de possibilidades o ministro da Secretaria-Geral, Jorge Oliveira, que vem ganhando prestígio junto ao presidente.

Bolsonaro chegou a dizer que havia reservado uma das vagas a Moro, que deixou a magistratura para se tornar ministro do governo.

O presidente, porém, depois negou haver qualquer acordo e disse apenas buscar alguém com o perfil do ex-juiz.

Segundo assessores, a nova mudança de entendimento, a

tavor de uma indicação já neste ano, se deu após o mal-estar surgido com a intenção do presidente de desmembrar a pasta da Justiça, criando um ministério separado para a Segurança Pública.

Bolsonaro articulou uma reunião com secretários estaduais de Segurança sem a presença do ministro, que tem usado a segurança como uma das suas bandeiras de gestão.

Naquele momento, Moro disse a aliados que, se a manobra ocorresse, deixaria o governo. O atrito provocou reação forte de apoiadores do ex-juiz, que passaram a pressionar o presidente nas redes sociais.

Bolsonaro recuou e disse que, por enquanto, a possibilidade de dividir a pasta está engavetada.

Se antes pretendia segurar Moro no governo pela hipótese de tê-lo como candidato a vice em 2022, agora o presidente considera que a indicação ao STF é uma maneira de evitar que ele se torne um adversário nas urnas. Ao mesmo tempo, é uma estratégia para ganhar mais autonomia sobre seu próprio governo.

CONTINUA

Com popularidade maior que a de Bolsonaro, como apontou pesquisa Datafolha do fim de 2019, Moro ganhou no Palácio do Planalto o apelido de “ministro indemissível” e se tornou, na avaliação de auxiliares do governo, um contraponto ao presidente na Esplanada.

Então juiz da 13ª Vara Criminal da Justiça Federal em Curitiba e responsável pela Operação Lava Jato, Moro foi convidado para o cargo por Bolsonaro logo após a vitória na eleição de 2018. Chegou ao governo com a promessa de que assumiria um “superministério” e a missão de reforçar o combate à corrupção e ao crime organizado.

No início da semana, em entrevista ao programa Pânico, da rádio Jovem Pan, o ministro mandou um sinal ao Planalto ao se referir a uma eventual indicação ao STF como uma “perspectiva interessante”.

“Venho da magistratura, seria algo interessante. Mas a escolha evidentemente cabe ao presidente da República. Ele tem a possibilidade de me indicar, pode indicar outras pessoas”, disse Moro na entrevista.

Além de evitar o risco de Moro se tornar um oponente de Bolsonaro na próxima disputa presidencial, a indicação ao STF evita que o presidente entre novamente em conflito com o ministro, por causa do comando da PF.

O presidente pretende colocar à frente da força policial o atual diretor-geral da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), Alexandre Ramagem. Delegado da PF, ele atuou na segurança de Bolsonaro logo após as eleições de 2018 e se tornou seu amigo.

O nome preferido de Bolsonaro, no entanto, não tem o apoio de Moro, que defende a permanência de Maurício Valeixo ou a escolha do diretor-geral do Depen (Departamento Penitenciário Nacional), Fabiano Bordignon.

O presidente, que pretendia fazer a troca já em fevereiro, deve segurá-la para o final do ano, às vésperas da escolha do nome para o STF.

A possível indicação de Moro ao Supremo tem a simpatia do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e conta com o apoio da ala lavajatista do Senado, onde os indicados para o STF são sabatinados.

No entanto, enfrenta resistência de um grupo de parlamentares com processos em andamento.

Para eles, o ingresso de Moro no Supremo pode mudar o equilíbrio de forças na corte, prejudicando-os.

Também há questionamentos em razão de conversas vazadas entre Moro e o procurador da Lava Jato Deltan Dallagnol. Os diálogos indicam que Moro, enquanto juiz, orientou o trabalho da Procuradoria, o que é barrado pela lei.

O receio da articulação política do Planalto é que uma indicação do ministro tenha reação imediata no Legislativo, com ameaça de travamento da pauta do governo.

Alguns senadores têm propostas para alterar o critério de escolha dos integrantes do STF. Mas a presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Simone Tebet (MDB-MS) já sinalizou que não vai pautar nenhum texto que altere as regras do jogo imediatamente.

MINISTROS QUE SE APOSENTAM NO GOVERNO BOLSONARO



Celso de Mello

Decano do Supremo, foi indicado por Sarney em 1989. Sua aposentadoria compulsória ocorre em 1º.nov.2020, quando completa 75 anos



Marco Aurélio

Indicado por Collor em 1990, aposenta-se em 12.jul.2021, se mantidos os 75 anos como idade compulsória para aposentadoria no serviço público

01 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Lista de procurados de Moro exclui miliciano ligado a Flávio

Ministério diz que ex-PM não tem atuação nacional, mas incluiu dois com seu perfil

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O Ministério da Justiça e Segurança Pública não incluiu na lista dos mais procurados do Brasil o ex-capitão Adriano da Nóbrega, acusado de comandar a mais antiga milícia do Rio de Janeiro e suspeito de integrar um grupo de assassinos profissionais do estado.

Foragido há mais de um ano, o ex-PM também é citado na investigação que apura a prática de "rachadinha" no antigo gabinete do senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ) na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro).

De acordo com o Ministério Público, contas bancárias controladas por ele foram usadas para abastecer Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador, suposto operador do esquema no gabinete do filho do presidente Jair Bolsonaro. Queiroz é amigo do presidente da República.

Adriano teve duas parentes nomeadas no antigo gabinete do senador Flávio. Em mensagens interceptadas com autorização judicial, ele discute a exoneração da mulher, Danielle da Nóbrega, do cargo.

Adriano foi defendido pelo então deputado federal Jair Bolsonaro em discurso na Câmara, em 2005, quando foi condenado por um homicídio. O ex-capitão seria absolvido depois, em novo julgamento. Enquanto estava preso preventivamente pelo crime, foi condecorado por Flávio com a Medalha Tiradentes.

O ministro Sergio Moro divulgou a lista sem o acusado em sua rede social. "A SEOPI/MJSP [Secretaria de Operações Integradas da pasta] elaborou, com critérios técnicos e consulta aos Estados, a lista dos criminosos mais procurados. A lista ajudará na captura, e segue a orientação do PR@jairbolsonaro de sermos firmes contra o crime organizado", diz o texto no perfil do ministro no Twitter.

De acordo com o Ministério da Justiça, o ex-capitão não foi incluído porque "as acusações contra ele não possuem caráter interestadual, requisito essencial para figurar no banco de criminosos de caráter nacional".

De fato, 25 dos 27 que compõem a lista são apresentados pelo ministério como tendo uma atuação regional ou nacional.

Há na lista de Moro, porém, dois integrantes de uma milícia de outro bairro da zona oeste.

Em seus perfis publicados na página do ministério, sua área de atuação indicada é apenas o Rio de Janeiro. São eles: Wellington da Silva Braga, o Ecko, e Danilo Dias Lima, o Tãndera, seu braço direito. Os dois atuavam em Campo Grande.

Não é a primeira vez que o ex-PM fica fora de uma lista de foragidos. Ele esteve por meses fora do programa "Procurados", do Disque-Denúncia, que oferece recompensa pela informação de criminosos.

Sua inclusão ocorreu apenas depois de a Folha apontar a ausência.

Adriano é investigado por participação em diversos homicídios no Rio de Janeiro, suspeito de ser sócio no jogo de máquinas caça-níqueis e chamado de "patrão" por integrantes da milícia de Rio das Pedras, a mais antiga e estruturada do Rio de Janeiro.

Ele está foragido desde janeiro de 2019, quando foi deflagrada a Operação Os Intocáveis, contra acusados de integrar a milícia de Rio das Pedras.

Meses antes da operação, ele trocou mensagens com a mulher, Danielle da Nóbrega, sobre a exoneração dela do cargo.

Quando a ex-assessora de Flávio se queixa de ter sido exonerada em novembro, Adriano afirma que "contava com o que vinha do seu tmbm [também]".

Para o Ministério Público, a frase revela que o ex-capitão também ficava com parte do salário dela.

Em outro diálogo, Adriano afirma que iria conversar com Queiroz sobre a exoneração, para evitá-la. O ex-assessor de Flávio é chamado apenas de "amigo".

As mensagens também mostram que a família Bolsonaro se preocupava com a eventual vinculação do gabinete de Flávio com o ex-PM.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

01 FEV 2020

“Sobre seu sobrenome... Não querem correrem risco, tendo em vista que estão concorrendo e visibilidade que estão. Eu disse que vc está separada e está se divorciando”, escreveu Queiroz para Danielle em dezembro de 2017.

A ex-assessora explica que os dois permanecem casados, mas “separados de corpos”, e pede para ser mantida no cargo. Ela ficou até novembro de 2018.

Na ocasião dessa troca de mensagens, Adriano não era considerado foragido e não respondia mais a ações penais. Ele já havia sido expulso da Polícia Militar em 2014 porque, para a corporação, ele atuou como segurança de um bicheiro.

Não há nas mensagens indicação de que Queiroz e a família Bolsonaro soubessem da atuação de Adriano com a milícia de Rio das Pedras.

TIROTEIO

“Quem se apresentou ao país como paladino da moralidade agora se mostra um grande cúmplice da criminalidade”

De Gleisi Hoffmann, presidente do PT, sobre Sergio Moro ter excluído da lista de procurados miliciano ligado a gabinete de Flávio Bolsonaro

PAINEL

PORQUÊ? Técnicos do Ministério da Justiça receberam no fim desta semana uma série de questionamentos sobre os nomes da lista de mais procurados do país. Representantes de estados querem saber os critérios que foram utilizados.

ATAQUE A procuradora Thameá Danelon, que coordenou a Lava Jato em São Paulo, e a juíza Diana Maria Wanderlei, da 5ª Vara Federal do DF, pediram para ingressar como assistentes de acusação na causa em que o jornalista Glenn Greenwald e outras seis pessoas são acusadas de hackear telefones de autoridades.

ATAQUE 2 Mensagens de Thameá com Deltan Dallagnol foram reveladas pelo The Intercept. Nelas, a procuradora oferece engajar movimentos como o Vem pra Rua e o Nas Ruas para pressionar o STF. Já Diana aparece na lista de pessoas que teriam sido alvo dos hackers, segundo a denúncia. Glenn nega ter participado da invasão dos telefones.

PAINEL DO LEITOR

Sergio Moro

Antes, o problema era gente desviando dinheiro público. Agora, avançamos: trata-se de uma máfia que não quer apenas dinheiro, mas poder (“Moro deixa miliciano ligado a gabinete de Flávio Bolsonaro fora de lista de mais procurados”, Poder, 31/1). E persegue quem a percebe. E, para ficar pior, eles têm uma legião de fanáticos que os apoiam como uma religião.
Diego Mentor (Taperoá, PB)

●
A máscara caiu. Moro foi o responsável pela eleição de Bolsonaro ao retirar o Lula da disputa presidencial de 2018.
Joeli Aparecida Weber Camargo (Curitiba, PR)

01 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

EQUILÍBRIO A médica Rose di Matteo, viúva de Gugu Liberato, pensou em peticionar à Justiça para que a pensão dela, estabelecida em R\$ 100 mil, fosse igualada à da mãe do apresentador, que recebe R\$ 163 mil do espólio dele.

EQUILÍBRIO 2 Ao definir a pensão, o juiz José Walter Chacon Cardoso citou os ganhos de dona Maria do Céu dizendo que eles seriam “equivalentes” ao que Rose receberá.

IPC O detalhe é que os R\$ 100 mil para a mãe citados por ele foram definidos no inventário assinado por Gugu em 2001 —o valor sofreu reajustes e chega hoje aos R\$ 163 mil.

TUDO BEM Questionado, o advogado Nelson Wilians diz que Rose decidiu, no entanto, acatar a decisão do magistrado.

02 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Igrejas e cartórios viram trunfo para criar partido de Bolsonaro

Aliança precisa de 492 mil assinaturas até abril para disputar eleição deste ano

Anna Virginia Balloussier
e Cátia Seabra

RIO DE JANEIRO Como reunir a tempo da corrida municipal de outubro quase meio milhão de assinaturas necessárias para a criação do novo partido do presidente Jair Bolsonaro?

Recorrer a parcerias com igrejas evangélicas e cartórios está entre as estratégias da Aliança pelo Brasil.

Mas questionamentos judiciais e mesmo falta de organização interna, como pastores que se dispuseram a mobilizar suas congregações mas ainda não foram procurados por ninguém, podem atrapalhar o que seus dirigentes definem como corrida contra o tempo.

O próprio Bolsonaro já admitiu que talvez não seja possível validar o quórum mínimo de filiados até 4 de abril, prazo legal para disputar as eleições. Não que jogar a toalha seja opção.

“Vocês viram um grande ônibus estacionado ali, escrito Aliança pelo Brasil? Tá meio escuro, mas tenho certeza que você viu”, diz o reverendo Emerson Patriota na paranaense Igreja Presbiteriana Central de Londrina.

“Este futuro partido, estamos profetizando aí, precisa de algo que se chama apoio”, continua o pastor, que logo “desafiara” fiéis a dar uma das 492 mil assinaturas que a Justiça Eleitoral exige para parir a sigla.

O veículo traz fotos de Bolsonaro e do deputado Filipe Barros (PSL-PR), discípulo da

igreja. E é vapt-vupt, garante Patriota: “Temos aqui o pessoal do cartório para facilitar todo esse processo, [...] eles já estão aqui para nos abençoar”.

O Ministério Público pediu na semana passada que o Tribunal de Contas da União investigue se há, na causa, engajamento de tabeliães, que prestam um serviço público. O subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado vê potencial irregularidade no amparo a um partido “que, como se sabe, vem sendo organizado pelo mandatário maior da nação, donde se exigiria maior comprometimento com a moralidade e impessoalidade”.

Furtado destaca o estatuto do CNB (Colégio Notarial do Brasil), entidade que representa tabeliães: lá consta ser proibido apoiar, “ativa ou passivamente, quaisquer manifestações de caráter político”.

O CNB rebate: a Corregedoria Nacional de Justiça já afirmou não haver elementos suficientes para apontar uma “atuação concertada de apoiar institucionalmente” a Aliança. Qualquer suspeita de favorecimento “deve ser apurada individualmente”.

Filipe Barros aponta “cristofobia” em quem critica a articulação, até porque “cristão que se preze não pode ser esquerdista”. O evento em Londrina “foi ótimo, centenas de fichas assinadas”, disse.

A **Folha** o deputado afirmou que vem recomendando a colegas: corram vocês também atrás de igrejas. Ele próprio entrou em contato com pastores, vários deles receosos

em trazer a campanha pró-Aliança aos templos. “Muitos precisam de orientação até jurídica, para tranquilizá-los.”

Barros diz ter conversado com três advogados para assegurar que, “juridicamente falando, não houve impedimento algum” no ato da Igreja Central. Foi “o primeiro de muitos que faremos em outras denominações”, afirma.

O advogado Luiz Eduardo Peccinin, autor do livro “Discurso Religioso na Política Brasileira”, concorda. Ele não vê vedação a ações do gênero, “especialmente se não tiver qualquer coação à colheita de assinaturas”. O que a legislação barra é a “propaganda eleitoral em templos e o financiamento de candidaturas por entidades religiosas”.

Há quem veja margem para a judicialização do tema.

No mesmo ofício em que questiona se há cartórios engajados na gênese da Aliança, o procurador diz que a ajuda dada pelas igrejas pode ser caracterizada como doação eleitoral ilegal, pois “está fornecendo mão de obra (mensurável em termos econômicos) e estrutura física dos templos em prol de uma determinada agremiação política”.

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) diz que “não se manifesta sobre questão hipotética ou concreta que pode vir a ser examinada pela corte”.

CONTINUA

02 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O bispo e ex-deputado Robson Rodovalho, líder da Sara Nossa Terra, quer mais é mobilizar sua rede de mais de 1 milhão de fiéis. Só não foi procurado ainda. Muitas congregações, como a dele, colocaram-se de prontidão para alavancar a Aliança, mas ninguém as contactou até agora.

Apoio no segmento Bolsonaro tem. O que falta é unanimidade sobre a melhor forma de amparar a nova legenda.

Na última terça (28), o advogado Alexandre Cavallazzi enviou uma interpelação extrajudicial à Igreja Presbiteriana do Brasil, que frequenta em Santa Catarina.

Ele diz que assim o fez por achar que uma igreja “não é local adequado” para fins políticos. “Quando um pastor desafia, o pessoal deixa de raciocinar. Não acho correto usar a autoridade que tem sobre fiéis para assinar um documento de tamanha importância.”

Em nota, a igreja disse que não é apolítica, mas “é apartidária e em nenhum momento apresentou apoio a qualquer partido”.

Movimentar a rede de aliados é preciso, mas entraves burocráticos preocupam a Aliança. Sua tesoureira nacional, a advogada Karina Kufa, afirma que eles estão dentro da meta de assinaturas, mas reconhece não ter 100% de certeza de que elas estarão validadas a tempo das eleições de 2020 “devido à burocracia na Justiça Eleitoral”.

Na tentativa de inibir fraude, recente resolução do TSE impõe rigoroso rito para novos partidos. A ficha para cadastro tem que apresentar a assinatura do futuro filiado e de uma testemunha. Qualquer falha pode invalidar o registro.

Também é checado se o apoiador está associado a outro partido. Se sim, seu endosso será invalidado. O problema: muitos bolsonaristas estão cadastrados no PSL, pelo qual o presidente chegou ao Planalto. Eles devem ir pessoalmente à Justiça Eleitoral apresentar o formulário de desfiliação.

Na internet, Kufa chamou de idiota a exigência de desligamento. “Mais uma dificuldade posta para criar partidos.”

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL No acostamento

02 FEV 2020

A Polícia Rodoviária Federal tirou das estradas servidores e os deslocou para a segurança de autoridades. Desde o segundo semestre de 2019, a PRF faz a proteção da ministra Damares Alves (Direitos Humanos) de forma permanente. Até o fim de dezembro, o órgão também fez o mesmo para o procurador da Lava Jato Deltan Dallagnol. A polícia afirma estar sob o amparo de decreto elaborado por Sergio Moro (Justiça) e assinado por Jair Bolsonaro no ano passado.

ESCRITO Segundo a Constituição, a Polícia Rodoviária Federal “destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais”.

FERMENTO Sob Moro e Bolsonaro, a PRF tem conseguido fatias de poder na segurança pública que não tinha antes. Decreto do ministro da Justiça deu à corporação, por exemplo, a permissão de atuar em investigações.

ALTO LÁ Em janeiro, o presidente do STF, Dias Toffoli, suspendeu parte do decreto, por considerá-lo inconstitucional. A decisão liminar atendeu uma ação da ADPF, associação que representa delegados da Polícia Federal.

QUADRADO Moro afirma que autoridades em risco concreto pelo exercício da função precisam ser protegidas pelas forças policiais federais.

DEFESA “Diante da dificuldade da Polícia Federal em atender todas as demandas, a PRF ou a Força Nacional têm pontualmente contribuído. Não há qualquer ilegalidade ou desvio de função”, diz o ministro.

PAINEL DO LEITOR

Juiz das garantias

O juiz de garantias, como foi concebido, será mais um meio para se prolongar as ações penais, que já são longas, e mais uma forma de se afogar os tribunais com recursos e pedidos de nulidade. Devemos pensar nas comarcas longínquas que nem sequer possuem um juiz. Leis mal pensadas só geram insegurança jurídica (“O juiz das garantias é necessário para atestar a imparcialidade do processo penal?”, Tendências / Debates, 1º/2).

Patricia Aude,

promotora de Justiça (São Paulo, SP)

02 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Apesar de decisão, batalha judicial sobre o Sisu continua

AGU ainda atua em 50 ações;

Inep afirma que não há mais erros nas notas

Paulo Saldaña

BRASÍLIA A batalha nos tribunais com questionamentos ao resultado do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) prossegue, apesar de o governo Jair Bolsonaro ter conseguido na Justiça a liberação dos aprovados no Sisu (Sistema de Seleção Unificada).

O número de ações tem aumentado desde que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, admitiu no dia 18 de janeiro erros na divulgação das notas dos participantes do exame. Até a sexta-feira (31), a AGU (Advocacia-Geral da União) atuava em 50 processos com pedidos para a revisão dos resultados.

Responsável pela prova, o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) afirma que 5.974 participantes receberam notas com erros. Segundo o órgão, a pontuação desses candidatos já foi corrigida.

O desempenho no Enem é usado pelo Sisu para selecionar estudantes para universidades de todo o país.

Desde terça-feira (28), quando o STJ (Superior Tribunal de Justiça) atendeu ao governo e derrubou ação que suspendia a divulgação das listas de aprovados, são mais nove processos sobre os resultados.

Há ações em 17 estados. Do total, quatro delas foram indeferidas e sete, individuais,

“

O que estão fazendo com todos é um absurdo, ainda mais quando o ministro beneficia um aliado pelo Twitter

Toya Alessandro Santos
advogado e pai de participante do Enem que pede revisão da nota

concedidas. Não entra na conta a ação já derrubada no STJ, movida pela Defensoria Pública da União. A AGU afirmou que recorreu de todas as decisões até agora.

Apesar de alguns participantes terem conseguido liminar para a reavaliação dos resultados, o Inep ainda não atendeu essas determinações. A reportagem questionou o instituto sobre isso, mas não obteve resposta.

A primeira decisão foi concedida no Pará, na quinta-feira passada (23). A Justiça Federal determinou a revisão da correção da prova objetiva de uma estudante, autora da ação, nas áreas de linguagens e ciências humanas.

O prazo para o atendimento da ordem era de 48 horas. O Inep recorreu, com o argumento de que não houve prejuízo aos participantes, mas

até agora não cumpriu a decisão. Na quarta-feira (29), uma nova decisão no Pará reforçou a obrigação de o Inep revisar as notas da candidata.

No despacho, o juiz Jorge Ferraz de Oliveira Junior afirma que deferiu o pedido para que “se afaste eventual dúvida quanto à limitação geográfica da divergência entre o caderno de prova e o gabarito oficial”.

Mais de 95% dos quase 6.000 participantes do Enem afetados pelo erro reconhecido pelo Inep estão concentrados em quatro cidades: Viçosa, Ituiutaba e Iturama, em Minas Gerais, e Alagoinhas, na Bahia. Entretanto, há casos específicos espalhados por todo o Brasil, com exceção dos estados de Roraima e Amapá. O Inep não explicou por que há essa dispersão.

A decisão do juiz do Pará determina ainda a expedição de mandado, a ser cumprido por oficial de Justiça, para que o Inep comprove o cumprimento da decisão no prazo de 72 horas. O não atendimento está sujeito a pena de multa diária de R\$ 500.

“O que estão fazendo com todos é um absurdo, ainda mais quando o ministro beneficia um aliado pelo Twitter”, diz o advogado Toya Alessandro Santos, que defende a filha nessa ação.

CONTINUA

02 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A Folha revelou no domingo (26) que Weintraub determinou nova análise da prova do Enem de uma candidata após receber por rede social uma reclamação do pai dela, que nas suas publicações se mostra alinhado ao governo Bolsonaro.

Weintraub divulgou imagens de conversas com o presidente do Inep, Alexandre Lopes, em que ambos tratam do caso. O órgão disse na ocasião que “não realizou nenhuma revisão individual a pedido do ministro, somente comunicou a ele o resultado das análises previamente feitas”.

Na mensagem recebida por Weintraub, entretanto, o presidente do Inep relata informações específicas da participante, como o seu local de prova. “Fez a prova em Ribeirão Preto/SP. Conferido com a aplicadora”, diz a mensagem.

O MPF (Ministério Público Federal) em Minas Gerais havia entrado com uma ação civil pública pedindo revisão das notas e interrupção do SisU. Essa ação foi indeferida pela Justiça, e a Procuradoria ainda avalia se vai recorrer.

O erro nas notas foi causado porque, segundo o governo, houve troca de gabaritos devido a uma falha na gráfica que imprime o Enem desde o ano passado. Dessa forma, provas de uma cor foram corrigidas de acordo com o gabarito de avaliações de outra cor.

De acordo com informações da gráfica Valid, duas fases dos protocolos de controle falharam e não identificaram erros nos códigos dos gabaritos.

A **Folha** revelou na quarta-feira (29) que o Inep abriu mão de fazer um recálculo nos parâmetros das questões da prova.

Como o Enem usa uma metodologia chamada TRI (Teoria de Resposta ao Item), o cálculo da nota final do candidato depende do grau de dificuldade das questões e do padrão de acertos — se o candidato acertou questões difíceis e errou as fáceis, a pontuação é menor, porque o modelo considera que ele chutou.

Para que a metodologia funcione, a prova precisa ser calibrada com o resultado de uma amostra de alunos para que seja atribuído o peso das questões. Mas, após a identificação de notas com erros, o Inep não refez esse procedimento. Funcionários do MEC e do instituto afirmaram à reportagem que, dessa forma, eles não têm 100% de confiança nos resultados.

Como esse cálculo exigiria mais tempo para ser concluído, o governo Bolsonaro o deixou de lado para dar uma resposta rápida aos erros e manter o cronograma do SisU.

O Inep defende a confiança dos resultados e diz garantir que não há mais casos de erro. À Justiça o instituto ainda argumentou que tem evidências técnicas de que esse recálculo seria uma medida inócua.

Para chegar ao número de afetados, o órgão inicialmente identificou quatro casos com erros e fez cruzamentos em uma amostra de participantes que tinham divergências de notas parecidas — casos com grande diferenças entre os resultados das provas do primeiro e segundo dia.

O Inep então cruzou os gabaritos corretos e também as outras opções de cor para encontrar inconsistências. Após esse processo, chegou ao número final de 5.974 casos.

O governo recebeu 172 mil reclamações de notas. Participaram do Enem 2019 cerca de 3,9 milhões de estudantes.

03 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Conflito sobre juiz das garantias no STF é obstáculo em pauta de Toffoli

Embate com Fux contrapõe plano do presidente da corte de evitar julgamentos polêmicos neste ano

Reynaldo Turollo Jr.

BRASÍLIA Com uma pauta de julgamentos amena em comparação com anos anteriores, o Supremo Tribunal Federal previa iniciar as atividades de 2020 longe de polêmicas, mas a decisão do ministro Luiz Fux de suspender por tempo indeterminado o juiz das garantias agitou os ânimos internamente e antecipou as expectativas sobre a sucessão na presidência da corte.

Os trabalhos no STF voltam nesta segunda-feira (3), em solenidade marcada para as 10h com a presença do vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, e dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Na pauta de julgamentos do primeiro semestre elaborada por Toffoli predominam processos sobre temas tributários, questões trabalhistas e de servidores. Casos que têm impacto em investigações e ações penais são menos numerosos.

O primeiro deles está previsto para o próximo dia 12, quando os ministros decidirão se é constitucional a prisão imediata (antes dos recursos) de condenados pelo Tribunal do Júri, que julga crimes dolosos contra a vida, como homicídio.

Outro julgamento com impacto em investigações está marcado para 25 de março. O STF deve finalizar a discussão sobre a ordem das alegações finais. No ano passado, a maioria já deliberou que réus delatados devem falar por último, depois dos delatores, sob pena de a sentença ser anulada. Falta o plenário fixar os limites do alcance dessa decisão.

Há também a discussão sobre a validade da delação da JBS, na pauta de 17 de junho.

Fux, que hoje é vice-presidente do STF, deve assumir a presidência em setembro, no lugar do ministro Dias Toffoli.

De plantão no tribunal, Fux revogou, no último dia 22, uma liminar de Toffoli que suspendia o juiz das garantias por seis meses (até julho), tempo que seria usado para o Judiciário se adaptar, e decidiu adiar indefinidamente a implantação da nova figura. Fux é o relator de quatro ações que contestam a constitucionalidade dela.

O juiz das garantias foi aprovado pelo Congresso no pacote anticrime e sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro em dezembro.

Com esse instituto, o magistrado que vai cuidar da fase investigativa de um processo criminal será diferente do que vai sentenciar o caso.

Para defensores da medida, a ideia é garantir a imparcialidade das decisões do Judiciário.

Toffoli e Fux vinham se afastando ao longo de 2019, mas o ponto alto foi a decisão do segundo sobre o juiz das garantias. A controvérsia ganhou um novo capítulo na sexta-feira (31). A DPU (Defensoria Pública da União) entrou com um pedido de suspensão da liminar de Fux, direcionado a Toffoli.

Abriu-se a possibilidade de o presidente do STF reverter a decisão do colega. A DPU fez o pedido num processo paralelo às quatro ações que questionam a constitucionalidade do juiz das garantias, o que dá a oportunidade de o caso voltar para Toffoli e ser levado mais rapidamente ao plenário.

Entre parte dos ministros e auxiliares, há o receio de que, deixando a questão sobre juiz das garantias nas mãos de Fux, a nova figura não saia do papel. Eles lembram que o ministro segurou por quatro anos uma série de limitações que garantiam o auxílio-moradia dos juízes, tema que nunca chegou a ir ao plenário.

CONTINUA

As decisões provisórias sobre o auxílio-moradia acabaram revogadas pelo próprio ministro, em 2018, depois que o Executivo concedeu reajuste aos magistrados.

Já aqueles que defendem a liminar de Fux sustentam que ele é o ministro sorteado para ser relator das ações que discutem a constitucionalidade do juiz das garantias e que Toffoli deveria ter esperado o posicionamento do colega, em vez de ter dado a decisão que postergava o instituto por seis meses.

A decisão de Toffoli foi em 15 de janeiro, durante a sua estada no plantão. Fux assumiria como plantonista no dia 19.

Toffoli declarou, no final do ano, que previa um 2020 mais calmo. A interlocutores o presidente do Supremo tem dito que os julgamentos polêmicos de sua gestão já foram superados, como foi o caso da prisão após condenação em segunda instância, e que este ano é a hora de colher os frutos.

Mas a perspectiva agora é que a questão do juiz das garantias passe a pesar sobre o tribunal enquanto não for resolvida.

No atual cenário, Fux deve enfrentar pressões internas e dos outros Poderes para levar logo o tema ao colegiado, onde calcula-se que a maioria dos ministros vá votar por considerar a nova figura constitucional.

No mundo jurídico, a disputa sobre o pacote anticrime tem antecipado os debates sobre como será a presidência de Fux.

Grupos de juízes mais afeitos às causas corporativas, ouvidos pela reportagem nos últimos dias, estão ansiosos para que o ministro assuma o comando do STF, pois dizem que ele, sim, pensa e atua como o juiz de carreira que é.

Toffoli, diferentemente, é oriundo da advocacia.

Advogados de alvos de operações anticorrupção, por outro lado, estão apreensivos

porque preveem um alinhamento de Fux com as pautas da Operação Lava Jato.

A sua liminar que adiou sem previsão o juiz das garantias foi vista como uma antecipação dessa postura.

Procuradores e juízes simpáticos à Lava Jato criticam o instituto e o consideram um entrave para o combate ao crime.

O ex-juiz da operação e atual ministro da Justiça, Sergio Moro, é um dos principais críticos do juiz das garantias e elogiou a liminar de Fux que suspendeu sua efetivação.

Estão previstas no semestre algumas sessões temáticas, como em 11 de março, que terá processos relacionados à área da saúde: possibilidade de homens gays doarem sangue, fornecimento de remédio sem registro na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e custeio pela União de ações e serviços públicos de saúde.

Outros temas de repercussão são a constitucionalidade da tabela do frete (19 de fevereiro), a reforma do ensino médio (22 de abril), as regras de distribuição dos royalties do petróleo entre os estados (29 de abril), alguns pontos da reforma trabalhista, como o trabalho intermitente (14 de maio), e a possibilidade de se suspender o WhatsApp e quebrar o sigilo das mensagens por ordem judicial (20 de maio).

Apesar de divulgada com antecedência, a pauta pode sofrer modificações, a critério do presidente. Assuntos da chamada pauta de costumes ficaram de fora, como a descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal.

Julgamentos previstos para o primeiro semestre no Supremo

- Prisão imediata de condenados pelo Tribunal do Júri (12.fev)
- Redução de ICMS para agrotóxicos (20.fev)
- Prazo para INSS fazer perícia médica nos segurados (20.fev)
- Fornecimento de remédio sem registro na Anvisa (11.mar)
- Conclusão de julgamento sobre ordem das alegações finais de réus delatores e delatados (25.mar)
- Prisão especial para portadores de diploma de ensino superior (26.mar)
- Pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal, como o que permite diminuir jornada e salário de servidores (2.abr)
- Constitucionalidade da reforma do ensino médio (22.abr)
- Regras de distribuição de royalties do petróleo (29.abr)
- Pontos da reforma trabalhista, como o trabalho intermitente (14.mai)
- Suspensão do WhatsApp e quebra de sigilo das mensagens por ordem judicial (20.mai)
- Porte de arma para guardas municipais (28.mai)
- Validade da delação da JBS (17.jun)

03 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Doações renovam espaços do Judiciário de SP para crianças

Centro de visitas e sala de depoimento ganharam

DIAS MELHORES

reformas e brinquedos

Júlia Zaremba

SÃO PAULO Uma sala inóspita com poucos brinquedos e cara de repartição pública deu lugar a um espaço com brinquedoteca, sala de videogame, jogos de tabuleiro e cama elástica após um grupo de arquitetos, advogados e magistrados montarem uma força tarefa para reformar o local.

A transformação ocorreu no Cevat (Centro de Visitas Assistidas do Tribunal de Justiça), um espaço anexo ao Fórum do Tatuapé (zona leste de SP) onde pais e filhos impedidos de conviver por suspeita de risco à integridade física e psíquica aos jovens podem manter o vínculo em um lugar neutro, acompanhados de assistentes sociais e psicólogos. É o único do estado.

Vale apenas para casos que ainda estão em apuração — suspeita de maus tratos e abuso, falta de vínculo entre pai e filho ou questões conjugais, por exemplo. Como alguns processos podem durar anos, é uma forma de manter a convivência entre as duas partes até que o juiz decida, após ouvir testemunhas e peritos, a melhor forma de visitação.

Os encontros são quinzenais, aos finais de semana, e duram três horas. Cada faixa de horário é dividida por 12 famílias.

O Tribunal de Justiça e a empresa Eztec, dona do prédio onde o Fórum está localizado, foram responsáveis por parte da reforma. A construtora diz que colaborou com mão de obra e não destinou recursos para as obras. Procurado, o TJ-SP não informou quanto investiu no lugar.

A parte da arquitetura e da decoração, liderada pelo arquiteto Paulo Alves, foi resultado de doações angariadas pela equipe de 12 arquitetos e um paisagista, parte deles da zona leste, envolvidos no projeto — cada um ficou responsável por um espaço do centro.

A reforma durou pouco mais de um ano: teve início em meados de 2018 e foi inaugurado no ano passado. A obra foi feita em duas etapas, para não paralisar as atividades do centro. O processo de conseguir doações reduziu o ritmo da reforma, dizem os envolvidos.

Além de novos brinquedos e móveis, o espaço agora tem uma sala para o guardião legal da criança esperar (antes, tinham a opção de ficar sentados em um banquinho do lado de fora ou no estacionamento), uma sala intermediária na qual a criança ou adolescente pode ficar sozinho caso queira e sala para assistentes elaborarem relatórios.

O cimento deu lugar a plantas e árvores frutíferas como jabuticabeiras e goiabeiras.

Segundo a juíza Vivian Wipfli, da 8ª vara de família e sucessões do Fórum Central e coordenadora do Cevat, o número de faltas reduziu após o retrofit. “Um espaço bonito, interessante e acolhedor mobiliza afetos e facilita a convivência”, diz.

Outro espaço do Judiciário paulista que passou por reforma semelhante nos últimos meses e foi estruturado, em grande parte, com a ajuda de doações foi a sala de depoimento especial do Fórum de São Miguel Paulista, na zona leste da capital.

O espaço é usado por crianças e adolescentes que vão depor em juízo como vítimas ou testemunhas de violência. Uma lei de 2017 determina que os menores sejam ouvidos em salas separadas por um profissional especializado, com relato transmitido por câmera — a medida ganhou a alcunha de “depoimento sem dano”.

Reportagem da Folha mostrou que, apesar de avanços, algumas comarcas ainda não estão equipadas com a sala especial. Os tribunais citam restrição orçamentária, falta de espaços disponíveis e de servidores para atuar na função.

CONTINUA

03 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Advogados, funcionários e grupos de mães de um colégio da capital ajudaram a arrecadar mais de 100 brinquedos, além de jogos, quadros, almofadas e estante, entre outros itens. Vieram, por exemplo, de ONGs, igrejas e instituições de caridade. Parte da mobília e de objetos ficou a cargo do TJ-SP.

Conseguiram tantos brinquedos que uma parte deles foi doada no fim do ano para frequentadores do local. Um por criança, alertava o cartaz.

“Quando a criança é acolhida em um ambiente adequado para a idade e não sofre a interferência de tantas pessoas, sente-se mais confortável e faz um relato com mais qualidade”, diz a juíza Tatiane Moreira, titular da vara da violência doméstica e familiar contra a mulher do fórum.

03 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

RICARDO LEWANDOWSKI

Ministro do Supremo Tribunal Federal e professor titular de teoria do Estado da Faculdade de Direito da USP

A terceira lei de Newton

Excessos sempre encontrarão sanções adequadas

Sir Isaac Newton (1643-1727), filósofo, matemático e físico inglês, um dos fundadores da ciência moderna, famoso por desvendar a “lei da gravitação universal”, identificou também outras três leis sobre as quais se assenta a mecânica clássica, sobrelevando a terceira delas, talvez a mais conhecida, que tem o seguinte enunciado: “A toda ação corresponde sempre uma reação oposta e de igual intensidade”. Tal princípio, concebido originalmente para explicar certos fenômenos naturais, vem sendo estendido às relações sociais, notadamente àquelas pertencentes ao mundo da política.

Empregando essa lógica, é possível concluir que os excessos praticados no passado recente por alguns juízes, policiais e membros do Ministério Público, restringindo direitos e garantias dos acusados em inquéritos ou ações penais, deram causa a uma reação equivalente em sentido contrário por parte dos órgãos de controle. A reação foi se intensificando à medida que tais excessos — em um primeiro momento percebidos apenas por advoga-

dos e um punhado de observadores mais atentos — passaram a ser divulgados pela mídia tradicional, causando um mal-estar generalizado na sociedade.

A resposta partiu inicialmente do Supremo Tribunal Federal, que proibiu conduções coercitivas; revogou prisões preventivas sem fundamentação idônea; censurou vazamentos de dados sigilosos; anulou provas ilícitas; rejeitou denúncias baseadas exclusivamente em delações premiadas; corrigiu violações ao devido processo legal; assegurou o exercício da ampla defesa; e reafirmou o princípio constitucional da presunção de inocência.

O Congresso Nacional retrucou no mesmo diapasão votando a lei 13.869/2019, na qual tipificou como abuso de autoridade a maioria dos desvios glosados pelo STF. Logo depois, complementou a corrigenda aprovando a lei 13.963/2019, que resultou do chamado “pacote anticrime”, escoimado das exorbitâncias iniciais, de cujo texto vale destacar a oportuna criação, por proposta de parlamentares, do “juiz das ga-

rantias” — adotado, com excelentes resultados, em um bom número de países —, a quem incumbirá promover a instrução criminal dentro da legalidade e com respeito aos direitos dos investigados e às prerrogativas de seus defensores.

Essa correção de rumos somente foi possível porque as democracias ocidentais, ao longo dos últimos três séculos, especialmente a partir do advento das revoluções liberais, desenvolveram — embora com as imperfeições próprias das instituições humanas — mecanismos de freios e contrapesos para evitar o arbítrio dos governantes, com destaque para a técnica de repartição das funções legislativas, executivas e judiciais entre poderes distintos e autônomos. Estabeleceram ainda um sistema recursal que permite a revisão das decisões de juízes e tribunais pertencentes a instâncias inferiores por colegiados de grau superior, de maneira a contrastá-las com as normas constitucionais e legais vigentes.

Conta a lenda que o cientista inglês mencionado no início apercebeu-se da força da gravidade ao ser surpreendido pelo impacto de uma maçã desabando sobre sua cabeça quando repousava tranquilamente debaixo de uma macieira. Talvez agora, de forma análoga, a parcela de agentes públicos — por sorte bastante diminuta — habituada a ultrapassar impunemente os limites da ordem jurídica se dê conta de que a terceira lei de Newton, com a inexorabilidade própria dos fatos da natureza, acabará sempre encontrando a sanção adequada para todo e qualquer comportamento desviante.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

03 FEV 2020

Pano para manga

O deputado federal Filipe Barros (PSL-PR) mandou confeccionar, em agosto do ano passado, 500 camisas personalizadas com a inscrição "Filipe Barros deputado federal" nas costas. O custo de R\$ 6.750 foi bancado pelos cofres públicos, mais especificamente pelo fundo partidário do PSL. Hoje Barros milita pela criação do Aliança pelo Brasil. Montou, inclusive, o "Busão do Aliança", decorado com a sua imagem e a de Jair Bolsonaro, para colher apoio pelo interior do Paraná.

MUDANÇA "Ao contrário do que estão divulgando por aí, esse ônibus não tem dinheiro público, não tem dinheiro de cota parlamentar, ou seja, essa imoralidade não existe", afirma Barros no vídeo em que divulga a ideia.

TOLERÂNCIA ZERO O deputado acompanhou Bolsonaro em viagem à Índia e, na parada em Nairóbi, gravou vídeo com o presidente em que ambos ressaltam que vão criar um partido "sem fundão".

ORDENS SUPERIORES O deputado disse ao PAINEL que as camisas foram usadas na campanha de filiação ao PSL, ação planejada e executada a mando do presidente nacional do partido, Luciano Bivar". A Folha mostrou neste domingo (2) que o partido gastou a verba do fundo com carros e restaurantes de luxo.

DE SAÍDA Prossegue o deputado: "Destaco, contudo, que as divergências quanto ao uso do fundo partidário, especialmente a falta de transparência no controle desse recurso, são parte integrante da ação com a qual entrei no TSE, em dezembro, pedindo desfiliação da sigla por justa causa."

MÔNICA BERGAMO EXPLICA MELHOR

O presidente Jair Bolsonaro foi notificado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para responder a uma interpelação judicial apresentada contra ele pelo jornalista Glenn Greenwald, do site The Intercept Brasil. Um mês depois de receber o documento, ele ainda não respondeu — e pode ser processado.

VÓZ Greenwald interpelou Bolsonaro para que ele explicasse declarações sobre a família do jornalista. Em julho do ano passado, ao dizer que uma portaria que previa a expulsão de "pessoas perigosas" do Brasil não era destinada ao norte-americano, o presidente completou: "Até porque ele é casado com outro homem e tem meninos adotados no Brasil".

VÓZ 2 Em seguida, o presidente completou: "Malandro para evitar um problema desse [a expulsão do país] casa com outro malandro ou adota criança no Brasil".

QUERO SABER A ministra Rosa Weber, sorteada para analisar a interpelação, citou Bolsonaro para que, de acordo com a lei, ele esclareça "expressões caracterizadas por dubiedade, equivocidade ou ambiguidade".

ANTECEDENTE Já presidente, Bolsonaro respondeu a interpelação, por exemplo, do presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, que pedia esclarecimentos sobre fala em que ele dizia saber como o pai do advogado, militante de esquerda, tinha morrido.

PUNIÇÃO O número de condenados pela Justiça de SP que atualmente cumprem penas alternativas cresceu 18,3% em 2019. Em dezembro de 2019, 20.593 pessoas se enquadravam nessa, contra 17.408 no mesmo período de 2018.

GRANDA A pena alternativa é concedida a quem cometeu crimes mais leves, como acidente de trânsito sem morte e porte ilegal de arma. Nelas, o condenado é obrigado a prestar serviços à comunidade — como no atendimento e lavanderia do Hospital das Clínicas.

03 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

PF descarta suspeitas da Promotoria e livra Flávio Bolsonaro de dois crimes

Inquérito sobre declaração de bens e transações de imóveis não encontrou indícios de falsidade ideológica e lavagem de dinheiro

Camila Mattoso

SÃO PAULO A Polícia Federal concluiu não haver indícios de que o senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ) tenha cometido os crimes de lavagem de dinheiro e de falsidade ideológica no inquérito eleitoral que mira tanto as negociações de imóveis feitas pelo filho mais velho do presidente como a sua declaração de bens na eleição de 2018.

A previsão é a de que o relatório final da polícia sobre o caso seja entregue à Justiça nos próximos dias.

O resultado apurado pela PF não coincide com os elementos encontrados em um outro inquérito, do Ministério Público do Rio, que apura a prática de “rachadinha” no antigo gabinete de Flávio na Assembleia Legislativa — ele foi deputado estadual de fevereiro de 2003 a janeiro de 2019.

Nesse tipo de esquema, funcionários são coagidos a devolver parte de seus salários aos deputados.

Segundo a Promotoria, que investiga a prática de peculato, ocultação de patrimônio e organização criminosa, Flávio lavou até R\$ 2,3 milhões com transações imobiliárias e com sua loja de chocolates. O senador nega que tenha cometido os crimes sob apuração.

Embora não sejam o mesmo objeto, as investigações da Polícia Federal e do

MP-RJ se esbarram em relação aos imóveis de Flávio.

O procedimento que hoje está com a PF teve como origem uma notícia crime feita pelo advogado Eliezer Gomes da Silva com base em reportagem da Folha de janeiro de 2018 que apontava a evolução patrimonial de Jair Bolsonaro, então deputado federal, e seus filhos políticos.

Na denúncia, o advogado destacou o fato de Flávio ter declarado em 2014 e 2016 ser proprietário de um imóvel em Laranjeiras, mas ter atribuído valores distintos ao mesmo bem em cada ano.

No inquérito em andamento no âmbito estadual, o Ministério Público disse ter encontrado suspeitas de que o senador usou recursos em espécie na compra de apartamentos com o objetivo de lavar dinheiro da “rachadinha” da Assembleia Legislativa.

A investigação local começou após um relatório de inteligência do governo fede-

ral (pelo Coaf) ter detectado uma movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão no intervalo de um ano nas contas de Fabrício Queiroz, funcionário do gabinete de Flávio e amigo do presidente Jair Bolsonaro.

No caso dos apartamentos, a desconfiança do MP-RJ é que os valores registrados por Flávio em cartórios não sejam verdadeiros. Na investigação da PF, porém, não foram apontados indícios nesse sentido.

Nas reportagens de janeiro de 2018, as primeiras sobre o patrimônio da família, a Folha mostrou que Flávio entrou na política com um Gol 1.0, em 2002. Quinze anos depois, quando se candidatou ao Senado, tinha dois apartamentos e uma sala que, segundo a prefeitura, valem R\$ 4 milhões. Ele realizou operações envolvendo 19 imóveis.

A **Folha** também mostrou que, no início de 2018, Bolsonaro e seus três filhos que exercem mandato — Carlos, Flávio e Eduardo — eram donos de 13 imóveis com preço de mercado de pelo menos R\$ 15 milhões, a maioria em pontos altamente valorizados do Rio, como Copacabana, Barra da Tijuca e Urca.

Quando entrou na política, em 1988, Bolsonaro declarava ter apenas um Fiat Panorama, uma moto e dois lotes de pequeno valor em Resende, no interior no Rio —valendo pouco mais de R\$ 10 mil em dinheiro atual. Desde então, sua única profissão é a política. Foram sete mandatos como deputado federal e, agora, como presidente.

O pedido de abertura de inquérito sobre as suspeitas em torno de Flávio chegou à PF depois que o procurador regional eleitoral do Rio, Sidney Madruga, tentou arquivar o caso.

CONTINUA

Como a **Folha** revelou em fevereiro do ano passado, o procurador quis encerrar a apuração sem ter feito nenhuma diligência. O arquivamento pedido por Madrugá foi vetado por uma câmara criminal do Ministério Público Federal, que determinou uma avaliação mais rigorosa do caso.

Na ocasião, a Procuradoria Regional Eleitoral do Rio afirmou que Madrugá entendeu que não havia crime eleitoral "com base na jurisprudência consolidada há anos no TSE [Tribunal Superior Eleitoral]". O procedimento foi enviado, então, à Polícia Federal.

Assim que recebeu o material, a PF mandou um pedido de análise para a PGR (Procuradoria-Geral da República), para saber em qual instância a investigação deveria ficar.

Como o inquérito foi aberto antes de Flávio tomar posse no Senado, o entendimento foi de que deveria permanecer no primeiro grau, no Rio.

Sob o comando do ministro Sergio Moro (Justiça), a Polícia Federal vive clima de instabilidade desde agosto do ano passado, quando Bolsonaro anunciou uma troca no comando da superintendência do órgão no Rio e ameaçou trocar o diretor-geral, Maurício Valeixo.

No meio da polêmica, o presidente chegou a citar um delegado que assumiria a chefia do Rio, mas foi rebatido pela Polícia Federal, que divulgou outro nome, o de Carlos Henrique de Oliveira, da confiança da atual gestão. Após meses de turbulência, o delegado assumiu o cargo de superintendente, em dezembro.

No fim de janeiro, o presidente colocou de volta o assunto na mesa, quando incentivou um movimento que pedia a recriação do Ministério da Segurança Pública. Isso poderia impactar diretamente a polícia, que poderia ser desligada da pasta da Justiça e ficaria, portanto, sob responsabilidade de outro ministro.

Bolsonaro depois voltou atrás e disse que a chance de uma mudança nesse sentido era zero, ao menos neste momento.

Por trás da crise de agosto do ano passado estava um despacho de um delegado responsável por uma investigação sobre crimes previdenciários no Rio, no qual ele levantou a suspeita de quem seria um homem identificado como Hélio Negão, mesmo codinome do deputado federal amigo de Bolsonaro.

Desde o início de seu governo, principalmente por causa de Flávio, Bolsonaro tem reclamado em momentos privados e também publicamente sobre uma tentativa de perseguição à sua família.

O inquérito da Polícia Federal está com o delegado Erick Blatt desde antes da chegada do novo superintendente.

II Ação falha ao tentar prender miliciano ligado a Flávio

RIO DE JANEIRO As polícias da Bahia e do Rio tentaram prender na última sexta (31), em um condomínio em Porto de Sauípe (a 105km de Salvador), o ex-capitão da PM Adriano Magalhães da Nóbrega, 43, acusado de comandar a mais antiga milícia do Rio e suspeito de integrar um grupo de assassinos profissionais.

Ele também é citado na investigação que apura a prática de "rachadinha" no antigo gabinete do senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, na Assembleia do Rio de Janeiro.

A operação da Polícia Civil dos dois estados, contudo, não teve êxito: Nóbrega não estava no local, só sua mulher, Júlia Melo, e duas filhas do casal, uma de 17 anos, outra de 7. Elas estariam passando férias no endereço.

O ex-policia, que já foi capitão do Bope, está foragido há mais de um ano. No rol de acusações contra ele estão envolvimento em diversos homicídios e sociedade no jogo de máquinas caça-níqueis.

Adriano seria chamado de "patrão" por membros da milícia de Rio das Pedras, a mais bem estruturada do Rio.

À revista Veja Júlia disse que a operação foi truculenta. "Eles quebraram a minha porta, arrancaram o forro do teto da casa, me xingaram de puta e piranha, e botaram um fuzil na cabeça de uma criança de sete anos, perguntando: 'Onde está o seu pai?'"

A Polícia Civil baiana diz que eventual desvio de conduta de algum agente que participou da ação será investigado pela corregedoria, "assim que o caso for devidamente notificado". A Polícia Civil do Rio diz que enviou um delegado e dois agentes para a Bahia.

Nesta semana, reportagem da Folha mostrou que o Ministério da Justiça não incluiu Adriano na lista dos mais procurados do Brasil.

De acordo com a pasta, ele não foi incluído porque "as acusações contra ele não possuem caráter interestadual, requisito essencial para figurar no banco de criminosos de caráter nacional".

Há na lista, porém, dois integrantes de uma milícia que têm área de atuação indicada pelo ministério restrita ao Rio.

CONTINUA

03 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Patrimônio declarado por Flávio Bolsonaro à Justiça Eleitoral em ano de eleição



Flávio negociou 19 imóveis em 13 anos

R\$ 15 milhões

é o valor estimado de 13 imóveis de propriedade de Jair, Flávio, Eduardo e Carlos Bolsonaro em jan.2018

Entenda o caso Flávio Bolsonaro

Qual a diferença entre as apurações da PF e do MP-RJ?

A Polícia Federal apurou suspeita de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica eleitoral por Flávio Bolsonaro. A investigação tem como origem uma queixa-crime baseada na evolução patrimonial de Flávio e mirou negociações de imóveis pelo senador. Já o MP-RJ apura suspeita de "rachadinha" no seu gabinete enquanto ele era deputado estadual no Rio de Janeiro. Nesse tipo de esquema, funcionários são coagidos a devolver parte de seus salários aos deputados

O que as investigações concluíram?

A PF não encontrou irregularidades nas negociações de imóveis avaliadas. O MP-RJ, por outro lado, disse que há indícios de que Flávio lavou dinheiro obtido com a "rachadinha" via compra e venda de imóveis e por meio de uma loja de chocolates no Rio

Como teve início a apuração do Ministério Público?

Na Operação Furna da Onça, da Lava Jato do Rio, que abordava o pagamento de propina a deputados estaduais pelo ex-governador Sérgio Cabral. Relatório do Coaf, órgão de inteligência financeira, feito no âmbito dessa investigação mencionava movimentações financeiras atípicas dos assessores dos deputados, incluindo Fabrício Queiroz, ex-PM que até 2018 foi funcionário comissionado de Flávio na Casa. Em janeiro de 2018, o MP-RJ recebeu dados dessa operação e abriu investigações

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

03 FEV 2020

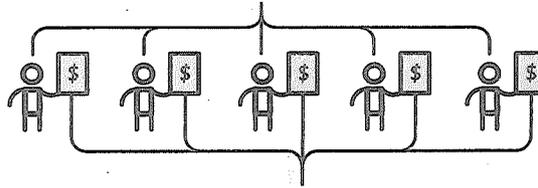
Como funcionava o esquema, segundo o Ministério Público do Rio

A RACHADINHA

Funcionários contratados pelo gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia do RJ devolviam parte do salário recebido



fev.2003- jan.2019
período em que Flávio foi deputado estadual



FORMAS DE LAVAGEM DE DINHEIRO



IMÓVEIS

O processo consiste em subfaturar a compra (declarar um valor menor do que de fato foi pago) e, posteriormente, vender o imóvel a preço superior. A diferença entre o valor declarado na compra e o declarado na venda é lavada por supostamente ser o lucro obtido na transação

1

Em dez.12, Flávio e a mulher compraram duas kitnets em Copacabana



R\$ 310 mil

foi o valor registrado da transação. Foi dado um sinal de R\$ 100 mil

2

No dia em que o negócio foi fechado, o vendedor depositou:



Conta do vendedor do imóvel

R\$ 638 mil

em dinheiro vivo

+ 2 cheques somando R\$ 210 mil

3

Cerca de um ano depois, Flávio vendeu os imóveis



R\$ 813 mil

foi o valor que ele declarou ter lucrado com a transação. R\$ 176,6 mil teria sido o rendimento real, segundo o Ministério Público



LOJA DE CHOCOLATES

Flávio é dono de 50% de uma loja em um shopping no Rio

1

Volumes de dinheiro vivo eram depositados na conta da loja como se fossem parte das vendas



37,5%

A cada R\$ 100 que a loja recebia em vendas no cartão, R\$ 37,50 entravam na conta por depósito em espécie

2

Vendas em cartão subiam na época de Páscoa e Natal, enquanto o volume em dinheiro obedecia o calendário de pagamentos na Alerj

O antigo dono diz que, na sua época, essa proporção era de 20%

3

Em nov. e dez.2015, vendas em dinheiro equivaleram a 92% do recebido em cartão. Nesse período os funcionários da Alerj recebiam o 13°

CONTINUA

03 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Quem pode ser afetado pela apuração do MP-RJ de supostas irregularidades no gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia do Rio



Fabrício Queiroz
Ex-PM e ex-assessor de Flávio, era supostamente quem gerenciava o esquema no gabinete. Teve seu sigilo quebrado e foi alvo de busca e apreensão



Jair Bolsonaro
Algumas das pessoas que tiveram o sigilo quebrado foram assessoras de Jair na Câmara. Entre elas está a filha de Queiroz, que supostamente era funcionária-fantasma



Michelle Bolsonaro
Entre as transações de Queiroz está um cheque de R\$ 24 mil para a primeira-dama, supostamente para pagar uma dívida do ex-PM com Jair



Ana Cristina Valle
Ex-mulher de Bolsonaro. 9 pessoas ligadas a ela e nomeadas no gabinete de Flávio sacaram R\$ 4 milhões de suas contas bancárias entre 2007 e 2018



Carlos Bolsonaro
Assessores de Flávio que foram alvo de quebra de sigilo também trabalharam para Carlos, que é vereador no Rio



Adriano da Nóbrega
Mãe e ex-mulher do ex-PM, que é acusado de comandar milícia no RJ, trabalharam para Flávio e depositaram R\$ 203 mil na conta de Queiroz

Entenda a investigação do MP-RJ sobre Flávio Bolsonaro

Qual é o estágio atual da investigação do Ministério Público? A investigação foi retomada em dezembro após o STF autorizar o uso de dados sigilosos repassados pelo Coaf. Liminar do ministro Dias Toffoli havia paralisado o procedimento sob o argumento de que as informações detalhadas podiam ferir regras constitucionais, tese derrotada no plenário. Com a retomada, houve ação de busca e apreensão. Em abril, o Ministério Público já havia obtido a quebra de sigilo bancário e fiscal de 103 pessoas físicas e jurídicas, entre elas Flávio e Queiroz —decisão que agora está sendo reanalisada pela 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio

Quem foi alvo da operação em dezembro? Quais os crimes apurados? A operação teve como alvo Flávio, Queiroz e outros ex-assessores do gabinete,

por meio de mandados de busca e apreensão. São apurados os crimes de peculato, lavagem de dinheiro, ocultação de patrimônio e organização criminosa

O que dizia o relatório do Coaf que deu início à investigação? Segundo o Coaf, Fabrício Queiroz movimentou R\$ 1,2 milhão entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017 —entraram em sua conta R\$ 605 mil e saíram cerca de R\$ 600 mil. Além do valor, considerado incompatível com seu patrimônio, chamaram a atenção dos investigadores o volume de saques (que chegaram a cinco num mesmo dia) e o fato de ele ter recebido repasses de oito funcionários do gabinete de Flávio

Houve um relatório do Coaf sobre Flávio? Sim. O relatório apontou que ele recebeu em sua conta bancária 48 depósitos, em

dinheiro em junho e julho de 2017, sempre no valor de R\$ 2.000, totalizando R\$ 96 mil. Os depósitos foram feitos no autoatendimento da agência bancária que fica na Assembleia

O que Queiroz fala sobre a movimentação? Em 2018, Queiroz atribuiu a movimentação a negócios particulares, como a compra e venda de automóveis. Depois, o ex-assessor afirmou que recolheu parte dos salários de funcionários do chefe para distribuir a outras pessoas para que trabalhassem pelo então deputado estadual, ainda que não formalmente empregadas. O objetivo, segundo ele, era aumentar o número de assessores a fim de aproximar Flávio de sua base eleitoral. Ele diz que o senador não tinha conhecimento da prática. Até o momento, contudo, Queiroz não informou quem eram os assessores informais

GAZETA DO POVO

LÚCIO VAZ

Toffoli percorre o Brasil e o mundo nas asas do contribuinte

01 FEV 2020

Locais paradisíacos, turismo religioso, homenagem de valor afetivo. Essas são algumas das motivações do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, entre as dezenas de viagens feitas com dinheiro público pelo país e pelo mundo no ano passado. Foram 95 viagens em jatinhos da Força Aérea Brasileira (FAB), mais voos comerciais em classe executiva, uma delas para assistir à canonização de Irmã Dulce, ao custo de R\$ 82 mil, entre passagens e diárias. No embalo do presidente, o STF gastou R\$ 2 milhões com passagens para servidores e ministros, mais R\$ 2,7 milhões com diárias em 2019.

Na viagem a Roma, integrando a comitiva presidencial, em outubro, só a passagem de Toffoli custou R\$ 35 mil, além das diárias de R\$ 14 mil. Ele foi assessorado pelo chefe da Assessoria Internacional do Supremo, Joel Sampaio. A assessoria custou R\$ 16,5 mil em passagem e R\$ 16 mil com diárias. Essa mordomia beneficiou os três poderes da União. A viagem de 13 deputados e senadores ao evento custou mais R\$ 250 mil, como revelou o blog em novembro.

Outra caravana cara foi a viagem de Toffoli a Israel, em junho do ano passado, num jatinho da FAB. Ele foi acompanhado da cúpula do Supremo, o que resultou numa despesa total de R\$ 109 mil em diárias. A maior parte coube ao presidente, no valor de R\$ 20,7 mil. O diretor-geral, Eduardo Toledo, e o juiz auxiliar Márcio Boscaro receberam R\$ 19,5 mil. O chefe de gabinete, Sérgio Solon Pontes, o assessor especial Ajax Pinheiro e Joel Sampaio receberam R\$ 16,4 mil cada um.

Em Tel Aviv, Toffoli conheceu o sistema prisional e visitou o Centro de Segurança Cibernética do país, além de se encontrar com altas autoridades israelenses, como o ex-vice-presidente da Suprema Corte e a diretora-geral do Ministério da Justiça. Nos dois últimos dias, ele cumpriu "agenda institucional". No retorno, fez escala em Lisboa, onde permaneceu das 14h de sábado até o início da manhã de domingo (23), quando iniciou o retorno a Brasília.

Festa no interior

Para não dizer que Toffoli só viaja para o exterior, no dia 20 de dezembro, ele pegou um jatinho da FAB até Ourinhos (SP), distante quase mil quilô-

metros de Brasília. Dali, seguiu para Ribeirão Claro (PR), pequeno município de 10 mil habitantes, para a solenidade de Inauguração do Fórum Eleitoral Luiz Toffoli — uma homenagem ao pai do ministro, um cafeeiro de Marília (SP), município próximo.

O presidente liderou uma comitiva de 12 pessoas, incluindo familiares. Após o evento, o ministro partiu para o resort de luxo Tayayá Aquaparque, onde passou o final de semana acompanhado por familiares e seguranças, segundo registrou reportagem do jornal Folha de S.Paulo. Ele retornou de Ourinhos para Brasília às 11h35 da segunda-feira (23).

No dia 10 de maio, uma sexta-feira, Toffoli rumou para Fernando de Noronha para participar da conferência de encerramento do I Ciclo de Debates sobre Direito, Sustentabilidade e Cidadania, promovido pela Escola Superior de Advocacia. Um evento para cerca de 100 pessoas, segundo registrou a imprensa local. O ministro passou o sábado em Noronha e retornou a Brasília na manhã de domingo. Ao todo, o presidente do STF visitou 20 cidades brasileiras no ano passado, sendo 13 capitais. ●

01 FEV 2020

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

Popularidade em baixa

Por que a maioria dos brasileiros não aprova a mais alta instituição judiciária do país, o STF?

Murilo Basso

● Em fevereiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) inicia os trabalhos de 2020 junto de um dado digno de atenção: a maioria esmagadora dos brasileiros não aprova a atuação da Corte. É isso o que apontou pesquisa do Datafolha divulgada no último mês de dezembro. Essa foi a primeira vez que o instituto de pesquisas incluiu a avaliação do Supremo na mesma escala dos Poderes Executivo e Legislativo.

Segundo o levantamento, 39% dos entrevistados avaliam o trabalho do tribunal como “ruim” ou “péssimo”. Já a porcentagem de brasileiros que aprovam o STF, considerando seu trabalho “bom” ou “ótimo”, é de apenas 19% — a avaliação “regular” aparece em 38% das respostas e a taxa de “não sabe” é de 4%.

A percepção que se tem dos ministros da Corte, especificamente, também não é das mais animadoras. Em meados de 2017, estudo do Instituto Ipsos que incluiu os ministros Gilmar Mendes e Cármen Lúcia, presidente do Supremo à época, entre diversas personalidades políticas avaliadas mostrou que o magistrado tinha taxa de aprovação de apenas 4%, enquanto a juíza era aprovada por 29% dos entrevistados.

Coordenador da graduação em Direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (FGV-SP), Roberto Dias afirma que para analisar a reprovção de instituições em pesquisas é preciso levar em conta um sem-fim de fatores. No caso específico do STF, entretanto, esse índice pode ser ligado a algo que o pesquisador considera “fatal”, que é a percepção de que o tribunal e seus ministros são políticos.

“Acredito que a aprovação de curto prazo tenha a ver com [a população] estar de acordo ou não com as decisões da Corte. Já as taxas acentuadas de desaprovção estão ligadas à percepção, no período de coleta das informações, de que as decisões não estariam sendo tomadas como deveriam, de que há mais pessoas políticas onde deveria haver mais gente técnica, de que os ministros têm poderes demais. É isso que faz o brasileiro opinar, em um momento, que o STF segue a lei e, em outro, que não segue”, afirma Dias, que é advogado especializado em Direito Constitucional.

Dias cita, justamente, Gilmar Mendes como exemplo dessa “politização”, em especial porque o ministro é conhecido por suas mudanças de opinião em relação a determinados temas.

Uma dessas modificações recentes de posicionamento ocorreu na discussão sobre a prisão após condenação em segunda instância, no fim de 2019. Se durante julgamento de 2016 acerca do tema Gilmar se manifestou de forma favorável à questão, em novembro passado sua posição foi contrária a essa possibilidade.

“De forma cristalina, afirmo que o fator fundamental a definir essa minha mudança de orientação foi o próprio desvirtuamento que as instâncias ordinárias passaram a perpetrar em relação à decisão do STF em 2016 (...). O que o STF decidiu em 2016 era que dar-se-ia condição para se executar a decisão a partir do julgado em segundo grau. De fato, na própria emenda apresentada no referido precedente, consignou-se que a execução provisória da pena seria uma possibilidade, e não uma obrigatoriedade”, afirmou, à época, o ministro para justificar sua mudança de posicionamento.

CONTINUA

Holofotes

Para o presidente do Colégio de Presidentes dos Institutos de Advogados do Brasil, Hélio Gomes Coelho Júnior, um fator crítico referente ao Supremo Tribunal Federal que precisa ser considerado na atualidade é a exposição exagerada dos ministros do tribunal. Na opinião do advogado, “nunca antes na história da Corte” houve parte tão grande dos juizes que circulassem na mídia aberta, concedendo entrevistas para explicar e criticar seus votos e os de colegas, e que participassem de tantas palestras e conferências.

“Eles agem como se não lhes fosse aplicada a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), que exige serenidade, urbanidade e discrição na vida pública e privada. Pergunte a um sueco, alemão, francês ou americano quantas vezes ele viu um juiz da maior Corte de seu país dando entrevistas como os nossos. Pergunte a um finlandês, norueguês, canadense ou japonês se os juizes de seu país têm motorista e carro pagos pelo povo. Pergunte a todos eles se a maior Corte de sua nação tem uma emissora de tevê [a TV Justiça, que existe desde 2002] para transmitir os seus julgamentos. As respostas já são sabidas. O STF está na ‘berlinda’ porque nela se pôs, lamentavelmente”, opina.

Dias afirma que o STF passou a atrair a atenção pública de forma mais significativa a partir dos anos 2010. O momento após a redemocratização foi para a Corte colocar “a casa em ordem” e definir melhor seus próprios poderes, enquanto na primeira década do século o Supremo se dedicou à regulação de políticas sociais. Em

2012, entretanto, os olhares brasileiros se voltaram ao tribunal de forma talvez não vista antes. No dia 2 de agosto daquele ano, a Corte deu início ao julgamento dos 38 réus envolvidos no Mensalão, um dos maiores escândalos de corrupção da história do Brasil.

“Essa influência maior [do STF sobre os rumos do país] começou a acontecer a partir dos anos 2010. Penso que o Mensalão, por atrair uma popularidade muito grande, colocou em evidência o STF, que passou a ser acompanhado pela TV Justiça, por vídeos no YouTube e pela mídia de um modo geral”, diz.

Fuga da competência

Outra alegação comum que vem à tona quando o assunto é a baixa confiança da população no Supremo é a de que a Corte estaria “usurpando” a competência dos outros Poderes, em especial do Legislativo, ao decidir sobre determinadas questões.

Esse ponto foi levantado em junho de 2019, quando a Corte decidiu, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e o Mandado de Injunção (MI) 4733, pelo enquadramento da homofobia e da transfobia como crime definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989), até que o Congresso Nacional edite lei a respeito. Aqui, Coelho Júnior lembra que é a própria Constituição Federal de 1988 que prevê a possibilidade de ajuizamento de MI e ADO quando há demora do Legislativo em legislar questões urgentes para a sociedade.

“Se a sociedade não se agrada com as decisões do Supremo, ainda dentro das balizas constitucionais, que provoque o Legislativo para

atuar. É preciso estar ciente, contudo, que essa mesma Constituição contempla as denominadas ‘cláusulas pétreas’, ou seja, insubmissas à revisão”, afirma.

O jurista opina, contudo, que é preciso repensar o Supremo e sua competência para que a instituição ganhe contornos efetivos de uma Corte Constitucional, de guardiã da Constituição Federal. Para tanto, ele cita algumas mudanças que considera necessárias: 1) a ampliação tanto da idade mínima como da idade máxima para nomeação, hoje de 35 e 65 anos, respectivamente; 2) estipulação de um tempo de mandato certo para os ministros, que atualmente podem permanecer na Corte pelo tempo que desejarem, desde que se aposentem compulsoriamente aos 75 anos; 3) exigência da efetiva prática do Direito por um período mínimo que varie entre 20 e 30 anos, além de reputação ilibada e notório saber jurídico; 4) manutenção da indicação pelo presidente da República, mas a partir de uma lista tríplice elaborada por outras instituições ligadas ao Poder Judiciário, como tribunais superiores e a Ordem dos Advogados do Brasil, entre outras.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Manutenção da democracia

Mesmo diante da baixa aprovação dos brasileiros e das críticas que surgem a respeito do Supremo Tribunal Federal, não se pode esquecer da importância da Corte para a democracia brasileira. Roberto Dias afirma que, a partir do momento em que se vive em um país tão amplo e diverso como o Brasil, em que as pessoas pensam de formas muito diferentes e têm necessidades tão particulares, a democracia precisa ir além do mero consenso entre os indivíduos.

“Precisamos de um sistema que não seja apenas o de eleições ou representações eleitorais, porque a tendência é que haja um desequilíbrio muito grande entre ‘vencedores’ e ‘vencidos’, o que tende a romper e ameaçar a igualdade entre os cidadãos, a meu ver o pilar central da democracia”, explica. “Nesses países muito grandes e marcados por tantas diferenças e peculiaridades, portanto, precisamos de uma série de mecanismos para impedir que as decisões sejam arbitrárias ou imponham derrotas muito severas de um lado para o outro”, complementa.

É por isso que o Congresso Nacional é composto por duas Casas e que há um tribunal que tem o papel específico de garantir que as decisões políticas respeitem os limites dos direitos respaldados constitucionalmente, como liberdade e dignidade. Não existe lei “milagrosa”, ainda que num primeiro momento possa parecer benéfica aos cidadãos, se tais garantias forem feridas.

“Às vezes fazemos parte de uma maioria que não tem a sua vontade privilegiada, e parece um grande incômodo. Mas é importante lembrar que a situação política é passível de mudança, e a maioria de hoje pode vir a ser a minoria política de amanhã. Aí é que se vê o valor gigantesco que é ter uma barreira como o STF que impede você de ser tratado como algo menos que um cidadão”, finaliza o professor da FGV-SP.

Pauta de 2020

Quando o Plenário do STF retornar ao trabalho em fevereiro, terá que enfrentar uma série de questões polêmicas pautadas para o primeiro semestre. Como exemplo, tem-se a discussão a respeito da execução da pena imediatamente após decisão do Tribunal do Júri, bem como o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 5.956, 5.959 e 5.964, sobre o tabelamento do frete de caminhoneiros.

O julgamento de processos que discutem o bloqueio do WhatsApp por decisões judiciais no Brasil, a ampliação da possibilidade de homens homossexuais doarem sangue, pontos da reforma trabalhista e os acordos de delação premiada de Joesley Batista e Ricardo Saud, da JBS, também estão previstos para o primeiro semestre de 2020.

Outro tema polêmico que deve ser decidido pelo STF em breve, mas ainda sem data definida, é o instituto do juiz de garantias, trazido pelo pacote anticrime e que prevê, de forma muito resumida, a separação da figura do magistrado que atua na fase de instrução

do processo e a do juiz que vai julgar. Enquanto a maior parte do pacote anticrime entrou em vigor no dia 23 de janeiro, a criação do juiz de garantias é um dos pontos que está suspenso até que o Plenário do STF analise a questão, objeto de diversas ADIs ajuizadas perante a Corte. ●

CONTINUA

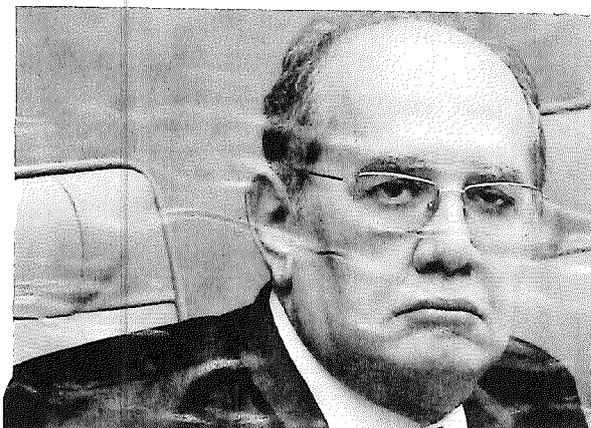
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

01 FEV 2020

"Às vezes fazemos parte de uma maioria que não tem a sua vontade privilegiada, e parece um grande incômodo. Mas é importante lembrar que a situação política é passível de mudança, e a maioria de hoje pode vir a ser a minoria política de amanhã. Aí é que se vê o valor gigantesco que é ter uma barreira como o STF que impede você de ser tratado como algo menos que um cidadão."

Roberto Dias, coordenador da graduação em Direito da FGV-SP.



Gilmar Mendes é um dos ministros mais criticados.

"Pergunte a um sueco, alemão, francês ou americano quantas vezes ele viu um juiz da maior Corte de seu país dando entrevistas como os nossos. Pergunte a um finlandês, norueguês, canadense ou japonês se os juizes de seu país têm motorista e carro pagos pelo povo. Pergunte a todos eles se a maior Corte de sua nação tem uma emissora de TV para transmitir os seus julgamentos. As respostas já são sabidas. O STF está na 'berlinda' porque nela se pôs, lamentavelmente."

Hélio Gomes Coelho Júnior, presidente do Colégio de Presidentes dos Institutos de Advogados do Brasil.

01 FEV 2020

GAZETA DO POVO

* NOVA FERRAMENTA

Linha direta contra a corrupção

Ministro Sergio Moro anuncia canal com setor empresarial para receber denúncias de irregularidades envolvendo órgãos públicos

BRASÍLIA
Kelli Kadanus

● O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro lançou na última semana um canal direto de comunicação com o setor empresarial para receber denúncias de corrupção. O objetivo é aumentar a participação popular na fiscalização do poder público e recuperar a credibilidade das empresas brasileiras no país e no exterior.

Através da ferramenta, disponível no site da International Chamber Of Commerce Brasil (ICC), pessoas físicas e jurídicas poderão fazer denúncias de corrupção, lavagem de dinheiro, pirataria e crimes cibernéticos praticados contra a administração pública.

As denúncias recebidas serão analisadas pela ouvidoria-geral do ministério, que vai fazer uma filtragem analisando indícios de relevância, autoria e materialidade. Em seguida, a pasta vai encaminhar as denúncias para autoridades competentes de investigação, como Controladoria Geral da União (CGU), Polícia Federal e Ministério Público, entre outros órgãos.

Ao falar sobre a nova ferramenta, Sergio Moro mencionou o Índice de Percepção da Corrupção, divulgado na semana passada pela Transparência

Internacional. O Brasil manteve sua pior nota (35) desde 2012 e caiu uma posição no ranking mundial de combate à corrupção, atingindo sua pior colocação desde 2012. A Transparência Internacional citou em seu relatório uma série de retrocessos no combate à corrupção em 2019.

“Acho que a reação em relação a esse tipo de pesquisa não deve ser de resignação, deve ser, ao contrário, de percebermos que temos que fazer muito mais”, disse Moro. “Temos um histórico de grande corrupção afetando o setor público e o setor privado, não existe corrupção sem o setor público e o setor privado juntos. Nós temos que tirar desse episódio a lição correta, temos que fazer mais”, completou o ministro.

Segundo Moro, o lançamento do novo canal de denúncias é importante por contar com a credibilidade do ICC e do governo federal. “Nós sabemos que a corrupção jamais funciona como óleo para engrenagem da economia, a corrupção é aquilo que nos deixa para trás, aquilo que distorce o funcionamento regular da economia e traz vantagens muitas vezes anticompetitivas dentro do setor privado”, disse o ministro.

CONTINUA

Para recuperar a credibilidade do Brasil

A ferramenta lançada na última quarta-feira (29) foi desenvolvida pela Controladoria Geral da União (CGU). Segundo o ouvidor-geral do Ministério da Justiça, Ronaldo Bento, entre os objetivos do novo canal de denúncias estão ampliar a credibilidade do Brasil em nível internacional, aperfeiçoar boas práticas na prevenção e permitir o controle e participação da sociedade civil.

“O Brasil tem a ganhar com iniciativas como essa”, disse Bento. “Disponibilizar esse canal exclusivo de comunicação de denúncias fortalecerá a conformidade, a participação e o controle social, que são fundamentais para uma democracia forte”, completou.

“Nosso objetivo é recuperar a credibilidade brasileira, no Brasil e no exterior, e criar um ambiente de negócios sustentável”, disse Tânia Consentino, presidente da Comissão de Responsabilidade Corporativa e Anticorrupção da ICC Brasil.

Canal precisa ser independente

Para o consultor nas áreas de compliance, governança, riscos financeiros, gerenciamento de riscos e proteção de dados Aphonso Rocha, a iniciativa de Moro é positiva para coibir casos de corrupção. “Nossa legislação para tratamento de casos de corrupção e suborno é derivada da legislação americana e inglesa. Elas contemplam um canal de denúncias como um dos pilares fundamentais para que você coíba a prática de corrupção, de propina nas empresas”, diz.

Segundo o consultor, porém, alguns pré-requisitos devem ser observados na criação do canal para recebimento de denúncias. “O canal de denúncia é fundamental que exista, só que ele precisa ter algumas características para ser considerado eficiente e eficaz”, diz.

A primeira característica é a independência. “As decisões relativas à investigação da denúncia têm que ser independentes dos interesses dos associados. Qualquer tipo de filtro de denúncia tem

que ser dentro de uma metodologia e ser independente”, explica Rocha.

A segunda característica essencial, segundo o consultor, é o sigilo. “O sigilo do denunciante tem que ser garantido a qualquer custo em todas as fases do processo”, defende.

Por fim, o processo de investigação precisa ser auditável. “Tenho que ter uma maneira de confirmar que sejam tomadas todas as ações adequadas para tratar aquela denúncia e implantar controles preventivos para que o caso não reinida. O processo tem que ser auditável de maneira independente. Tenho que guardar registros para que possam ser auditáveis. Isso é muito importante”, ressalta.

Segundo o consultor, porém, o Ministério da Justiça pode não ser o canal mais adequado para receber e filtrar as denúncias recebidas através do ICC. “Para a grande maioria dos casos sim [pode ser um canal adequado para receber as denúncias de corrupção]. Mas se você for imaginar que pode existir denúncia contra o próprio Ministério da Justiça, não”, destaca Rocha. “Existe um potencial conflito de interesses. Boa parte dessas empresas, posso estar falando de empresas que podem estar vendendo para o próprio Ministério da Justiça”, completa o consultor.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

01 FEV 2020

Elogios à Lava Jato e ao presidente

Ao comentar o relatório da Transparência Internacional divulgado na semana passada, Moro elogiou o próprio trabalho na Lava Jato, operação na qual ele foi juiz em primeira instância, em Curitiba.

“Eu vi com certo pesar, semana passada, os resultados dos indicadores da Transparência Internacional que revelam

algo que já vinha de outros anos, que apesar de todos os esforços que o Brasil tem realizado contra a corrupção nos últimos anos, que foram esforços significativos. Eu destacaria aqui, por exemplo, os trabalhos que foram feitos anticorrupção no âmbito da operação Lava Jato, prisões, condenações de pessoas envolvidas em alta corrupção. Poucos países no mundo fizeram o que o Brasil fez”, disse o ministro. Como juiz, Moro era o responsável por decretar prisões e sentenciar os denunciados na operação.

Menos de uma semana após a polêmica envolvendo uma possível divisão do Ministério da Justiça e Segurança Pública em dois, Moro também aproveitou para elogiar o presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

“Nesse ano de 2019 o presidente Jair Bolsonaro rompeu com uma prática, que se deturpou a meu ver com o tempo, de loteamento político partidário nas altas posições da administração pública”, afirmou. “Não que indicações políticas sejam um mal em si, mas elas foram utilizadas no passado para fim de enriquecimento ilícito e financiamento ilegal de partidos políticos. O presidente teve esse grande mérito de romper com isso. Aliás, isso explica minha presença no ministério e igualmente de outros ministros com perfil absolutamente técnico”, elogiou Moro.●

“Temos um histórico de grande corrupção afetando o setor público e o setor privado, não existe corrupção sem o setor público e o setor privado juntos. Nós temos que tirar desse episódio a lição correta, temos que fazer mais.”

Sergio Moro, ministro da Justiça e Segurança Pública.

TIPOS QUE MANIFESTAÇÕES POSSÍVEIS NO CANAL

- Crimes cibernéticos
- Direitos de propriedade intelectual
- Combate à corrupção transnacional
- Lavagem de dinheiro
- Pirataria
- Defesa da concorrência

01 FEV 2020

GAZETA DO POVO

INSS é principal demanda na Justiça Federal

● O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é o órgão mais processado na Justiça Federal. Segundo dado divulgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em evento realizado em 20 de agosto de 2019, 48% de processos novos na Justiça envolvem benefícios previdenciários e assistenciais. Na época, isso representava cerca de 7 mil processos a cada dia.

Na ocasião, o presidente do STF, Dias Toffoli, e o ex-presidente do INSS, Renato Vieira, lançaram a Estratégia Nacional para a Desjudicialização da Previdência Social. A proposta era desafogar o Judiciário a partir de intercâmbio de informações. Vieira disse à época que 40% de todas as demandas indeferidas pelo órgão eram objeto de reclamação na Justiça, dos quais 30% eram revertidos judicialmente.

Até o fim de 2019, porém, não houve efeitos práticos. Os pagamentos das requisições de pequeno valor (RPVs) das matérias previdenciárias e assistenciais liberados pelo Conselho da Justiça Federal se mantêm no mesmo patamar: cerca de 80% de todos os RPVs autorizados. No último trimestre do ano passado, os segurados do INSS receberam R\$ 2,8 bilhões judicialmente.

O risco de congestionamento no Judiciário é grande. Segundo o defensor regional de Direitos Humanos da DPU no Paraná, João Juliano Josué Francisco, a ação civil pública que tramita no Distrito Federal tenta resolver a questão macro, para favorecer toda a sociedade. “Mas se não é resolvida a questão macro, tenta se resolver a micro. Que é caso por caso, levar para a Justiça. Mas aí vai explodir a demanda processual, porque o INSS não está trabalhando na ponta. E o que acontece: o INSS recebe a determinação para resolver em 30 dias, mas não consegue nem atender a fila normal. Daí vai ter que parar para atender a medida judicial”, explica. Ele também teme pela falta de um planejamento estratégico para resolver uma situação que estava desenhada há muitos anos. “Se não houver uma solução logo, o que será da população, chegaremos a quantos milhões na fila?”, questiona. ●

01 FEV 2020

GAZETA DO POVO

STJ autoriza privatização da Copel Telecom

● O Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu na quarta-feira (29) a liminar que paralisava o contrato de assessoria financeira do Banco Rothschild com a Copel (Companhia Paranaense de Energia). O banco foi contratado para conduzir estudos para eventual privatização da subsidiária Copel Telecomunicações. A decisão foi tomada pelo presidente do STJ, ministro João Otávio de Noronha, acolhendo recurso da Copel.

TJ anula sentença que condenou Bibinho

● Por maioria, os desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná anularam na quinta-feira (30) as buscas e apreensões feitas na Assembleia Legislativa em 2010 na Operação Ectoplasma II, na esteira do escândalo que ficou conhecido como Diários Secretos. A anulação atende a um pedido da defesa de Abib Miguel, o Bibinho, ex-diretor-geral. O TJ também decidiu anular a sentença da 9ª Vara Criminal de Curitiba que condenou Bibinho. Agora, uma nova decisão deve sair com base em outros elementos - sem considerar as provas colhidas durante a operação.

COLUNA DO LEITOR LavaJato 1

Parabéns a Deltan Dallagnol pela luta. São nítidas as ações contra o combate à corrupção e à perpetuação dos corruptos no poder, mas a popularidade de Moro e a de Deltan demonstra que a população já escolheu seu lado. Creio que, apesar dos retrocessos, iremos em passos pequenos, conscientizando o povo e melhorando o país para nossos filhos.

Denise Zelak Leite Bastos

LAVAJATO 2

Moro e Deltan são heróis, sim, mas não solitários. Eles sempre tiveram gente muito competente a seu lado, mas que não aparece tanto quanto eles. Não podemos achar que são apenas os dois lutando pelo Brasil, existem muitos servidores públicos como juizes, promotores, delegados, policiais, serventuários da Justiça em geral, trabalhando duro para as coisas mudarem.

Alex Fox

Juiz nega pedido para anular áudios da delação de Tony Garcia

O juiz José Daniel Toaldo, da 13ª Vara Criminal de Curitiba, da Justiça Estadual, rejeitou pedido feito por um dos réus da ação penal derivada da Operação Rádio Patrulha para anular os áudios apresentados pelo principal delator do caso, o empresário e ex-deputado estadual Tony Garcia. O pedido havia sido feito por Luiz Abi Antoun, primo do ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB). Deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em setembro de 2018, a operação apura direcionamento de licitação e desvio de dinheiro no âmbito do programa Patrulha do Campo, lançado em 2011 pelo governo do Paraná. Para o Gaeco, Beto Richa era o principal beneficiário do esquema de corrupção. Ele nega ter cometido crimes, assim como Abi.

01 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Toffoli manda 3º colocado assumir vaga de Juíza Selma

Presidente do STF atende a pedido do governo de Mato Grosso; o candidato do PSD, Carlos Fávaro, deve ficar com a cadeira

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, atendeu a um pedido do governo de Mato Grosso e determinou que o terceiro colocado nas eleições ao Senado no Estado assuma interinamente a cadeira da senadora Juíza Selma Arruda (Podemos), cassada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Neste caso, Carlos Fávaro (PSD), que ficou em terceiro lugar na disputa de 2018, fica com a vaga.

Segundo Toffoli, Fávaro deve ocupar a cadeira até a realização de novas eleições. No entanto, segundo fontes que acompanham o caso, é preciso que o Senado declare antes a vacância do cargo para que a troca seja efetivada. Até lá, a senadora mantém o mandato, com direito a imóvel funcional, cota parlamentar e um salário mensal de R\$ 33,7 mil. Selma é conhecida como "Moro de saias".

Por meio da Procuradoria-Geral do Estado, o governo de Mato Grosso afirmou ao Supremo que, como o acórdão do TSE que cassou Selma foi publicado em 19 de dezembro, "a representação do Estado de Mato Grosso está inferior aos mandamentos constitucionais".

Os argumentos são os mesmos do PSD, partido de Fávaro, que também moveu ação no Supremo. Partido e governo estadual querem que a Corte decida que, "em todos os casos em que seja decretada a perda de mandato de senador, não havendo suplentes, seja nomeado interinamente o candidato mais bem colocado nas eleições para exercer o cargo até que o novo senador seja empossado".

A cassação de Selma, por 6 a 1, se deu por suposto caixa 2 de R\$ 1,2 milhão. Ela nega. Segundo a quebra de sigilo, os valores, que foram gastos pela ex-juíza na campanha, foram transferidos por seu primeiro-suplente, Gilberto Possamai. As transferências ocorreram antes do período eleitoral, o que teria possibilitado gastos em período de pré-campanha, o que é proibido pela legislação.

01 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Ricardo Mansur, do Mappin, cumprirá prisão domiciliar

Após condenações de 2011 transitarem em julgado, 'rei do varejo' dos anos 1990 consegue autorização para cumprir pena em casa

*Pepita Ortega
Fausto Macedo*

Condenado a 11 anos e 6 meses de prisão por crimes cometidos na gestão da Mappin Previdência Privada – braço da varejista de mesmo nome – e do Banco Crefisul, o empresário Ricardo Mansur, 71 anos, chegou a ser preso na quinta-feira, mas, após audiência na Justiça, ficou decidido que ele cumprirá a pena em regime domiciliar. Os dois casos, inicialmente julgados em 2011, transitaram em julgado, obrigando o empresário a cumprir as penas estabelecidas.

A transferência de Mansur para a prisão domiciliar foi autorizada pelo juiz Diego Paes Moreira, a pedido da defesa, após audiência de custódia na 6.ª Vara Criminal Federal em São Paulo. A informação foi confirmada pelo advogado Marcelo Rocha Leal, que defende Mansur.

A pena total de Mansur é referente a dois processos. No primeiro, foi condenado pelo juiz Marcelo Costenaro Cavali, então na 6.ª Vara, a 6 anos de reclusão em regime semiaberto por gestão temerária de instituição financeira na Mappin Previdência Privada (MPP). Cavali também condenou Mansur por gestão fraudulenta no Banco Crefisul. Neste caso, o empresário pegou 5 anos e 6 meses de prisão,

o dinheiro perdido
R\$ 400 mi

foi o valor aproximado do prejuízo, calculado pelo BC, em virtude da gestão fraudulenta do banco Crefisul, de Mansur; instituição foi liquidada pela autoridade monetária em 1999

Prejuízos. No caso do Crefisul, os prejuízos a terceiros, segundo apuração do Banco Central, superam a marca de R\$ 400 milhões. O banco foi liquidado pelo BC em 1999. Na véspera da intervenção, Mansur realizou um saque a descoberto de R\$ 10 milhões – isso em um momento em que a instituição já apresentava débitos de R\$ 120 milhões só com a autoridade monetária.

Os crimes atribuídos a Mansur na Mappin Previdência teriam ocorrido entre 30 de junho de 1998 a 4 de agosto de 1999, quando foi decretada a liquidação extrajudicial da empresa. A Procuradoria da República apontou nove operações que caracterizaram concentração ilegal do capital da MPP em companhias que faziam parte do portfólio de Mansur.

O dinheiro da empresa de previdência privada era usado para alimentar outros negócios do grupo – depois de algum tempo, os recursos eram devolvidos à MPP sem remuneração. “Os responsáveis se valiam da personalidade jurídica distinta das empresas para repassar indevidamente valores de uma a outra,

ocasionando a quebra da MPP com graves e evidentes prejuízos aos seus beneficiários”, frisou, na época, o juiz Cavali.

Mansur não ocupava um cargo formal na MPP, mas isso não o livrou da condenação. “Era o réu Mansur quem detinha o domínio do fato, o domínio das ações. (...) Era ele quem determinava as aplicações financeiras a serem realizadas não só pela MPP, embora não exercesse nela nenhuma função oficialmente.”

Além do Mappin e do Crefisul, Mansur ficou conhecido como o “rei do varejo” nos anos 1990 após ter assumido uma terceira outra operação em dificuldades – loja de departamentos Mesbla. Este negócio foi à falência junto com as outras operações. No início dos anos 2000, Mansur foi preso sob a acusação de espalhar notícias falsas sob uma eventual falência do Bradesco – o banco havia feito o empréstimo que permitiu que o empresário assumisse a Mesbla e o Mappin.

Eleições municipais, voto informado e democracia

Venho de presenciar eleições em país andino na condição de observador internacional. Essa experiência realça elementos da realidade brasileira.

Não se tenha dúvida: predadores da democracia estão mesmo à espreita. Palavras de simples ameaças que parecem apenas exercitar ideias espalhafatasas que não desbordariam, a rigor, de uma sociedade aberta à livre expressão, vistas de perto, compõem um dialeto de propósito nítido: semear a descrença na democracia e na legitimidade das instituições. Almejam ir às últimas consequências: corroer a credibilidade da Justiça Eleitoral. À força do argumento ressuscitam o argumento da força.

O Brasil do presente é desafiado nesse campo, castigado ainda mais por enxurradas de desinformação. É um caos que até parece bem organizado por meio de notícias falsas e meias-verdades.

Auspicioso é o fato de que, neste 2020, eleições periódicas dos mandatários municipais se avizinham no Brasil. Abrem-se as urnas para o exercício eleitoral da cidadania que se constrói permanentemente. Essa reflexão conclama aos titulares da soberania popular. Nunca é demais enfatizar o poder do voto informado.

Votar é vital para o fortalecimento da musculatura da democracia representativa. Não se trata, por certo, de poção mágica para responder de pronto a todas as legítimas aspirações sociais, econômicas e políticas. Nada obstante, é um eficaz antídoto contra a atrofia que cede às tentações autoritárias.

Mais que isso: o dia das eleições produz uma necessária inquietação para que se entenda que numa democracia verdadeira se elege uma proposta ou alguém todos os dias em todas as horas que, individual ou coletivamente, se perfaçam ações ou se configuram

omissões. Educação, saúde, segurança, transportes públicos, entre outros temas, batem às portas da administração municipal por intermédio da comunidade de pessoas, grupos, movimentos sociais, entidades e instituições, almejando pôr em prática um constitucionalismo democrático popular.

Guardiões finais da Constituição são todos os que delegam, por agir ou por deixar de atuar, a um Poder o seu próprio poder. Delegações não são abdições. Eleger é uma escolha importante para apontar quais são, na administração dos locais onde domicilia-mos nossas raízes, os mandatários que, dentro da Constituição e das leis da República, vão desempenhar os poderes conferidos por essa legítima manifestação eleitoral.

Para tanto, consciência das

Pleito pode ser um dos meios de defesa do povo contra o autoritarismo e os poderes da Federação

possibilidades e dos limites é essencial, uma vez que na democracia se pode muito, mas não se pode tudo.

Limites democráticos são condições indispensáveis à própria democracia. Assim o pluralismo político também se deve traduzir (embora a isso não se resuma, por evidente) em pluripartidarismo. Partidos políticos, ideários e cosmovisões partidárias e programáticas são imprescindíveis. Afastar os partidos do núcleo da democracia consiste em golpear por dentro a razão da representação na República.

Inafastáveis são o controle e a fiscalização, contudo tais ações não apresentam um fim em si mesmo. Combater e punir são instrumentos de um Estado de Direito democrático, cujos fins são vinculados pelos fundamentos da República inscritos na Constituição.

Cumprir estar atento a esses novos intentos variados de pôr em modo "hibernar" a legalidade constitucional.

Quando nas vizinhanças do Brasil se faz a defesa *tout court* de pena capital para ilícitos de corrupção, ou simplesmente a revogação da Carta Política, o passo seguinte é aniquilar o doente para supostamente sanar a doença. Impende não ser indiferente a isso. É possível (e necessário) ser implacável com a corrupção sem afrontar o organismo reitor vivo da democracia que é a Constituição. Guardá-la também é protegê-la.

Todas as democracias têm suas conjunturas claro-escuras, porém momentos de crise política não podem obnubilar a estrutura democrática. Transitoriedade e alternância no poder conjugam autoridade, respeito ao voto e democracia.

As últimas consequências os limites constitucionais.

O escrutínio que se aproxima em outubro vindouro propicia oportunidade para desnudar a diluição institucional, pois um pleito dessa envergadura, dimensão e relevância pode ser um dos meios de defesa do povo contra o autoritarismo e a excessiva centralização de poderes na Federação. É o município o primeiro mundo político da cidadania, elevado em 1988 a ente federativo a merecer maior e melhor presença no federalismo de cooperação.

A diferença entre ponte e abismo vem se colocando no horizonte. Quiçá seja tempo de renovar a esperança de que somos plurais nas diferenças e capazes de ligar margens, e não apenas produzir clivagens. As eleições vêm logo aí. O tripé democracia, igualdade e República se reaviva no município.

Aos predadores antidemocráticos, o que lhes corresponde de acordo com a bula democrática: doses maciças de tolerância e de coexistência injetadas pelo soro dos limites constitucionais. O voto informado pode fazer de cada município a síntese que contém o País.

O ESTADO DE S. PAULO

Liminar libera cartórios em evento em Pernambuco

Para corregedor nacional de Justiça, participação em encontro do Aliança não possui caráter político

O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, concedeu ontem liminar autorizando a participação de cartórios no II Encontro Pernambucano de Apoiadores do Partido Aliança pelo Brasil.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco não havia autorizado o funcionamento de cartórios de Recife e Olinda no evento, fora do horário regulamentar e em caráter excepcional.

Aliados do presidente Bolsonaro recorreram, e Martins acolheu o pedido. O evento ocorreu ontem, em Olinda. Na avaliação do corregedor nacional de Justiça, a participação, limitada à prática de atos próprios dos notários, não possui caráter político. “O que deve ficar claro é que os notários não podem, no exercício das suas atribuições, se posicionar com uma conotação político-partidária”, apontou.

Na semana passada, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) havia negado pedido de cinco partidos de oposição para barrar a atuação dos cartórios na autenticação das fichas de apoio ao Aliança pelo Brasil. Eles alegavam que os cartórios são delegações públicas e, portanto, não podem ter atividade partidária.

Preocupados com a repercussão que o caso tomou, dirigentes do Colégio Notarial do Brasil (CNB) tentam explicar que não houve acordo ou parceria entre a entidade – que congrega mais de 9 mil cartórios em todo o País – e o Aliança.

Segundo o presidente da seção São Paulo do CNB, Andrey Guimarães Duarte, o Colégio foi consultado pelos organizadores do partido sobre a viabilidade da estratégia. “O Colégio não presta serviço para o Aliança e não tem hierarquia sobre os notários”, disse ele.

Desde o dia 20 de dezembro, o Colégio enviou oito circulares aos tabelionatos orientando como proceder nos casos de apoio ao Aliança. Entre as recomendações listadas estavam evitar o uso de símbolos políticos por parte dos funcionários e proibir faixas e cartazes do partido nas dependências dos cartórios.

A preocupação inicial do Colégio, afirma Duarte, foi preparar os cartórios para a possibilidade de uma grande demanda por autenticações, o que acabou não acontecendo até agora. “Nós temíamos não dar conta da demanda”, disse ele.

No ano passado, o ex-presidente do CNB Paulo Gaiger foi nomeado por Bolsonaro para o Comitê Gestor da Infraestrutura das Chaves Públicas, órgão federal que define as políticas de certificação digital.

Restrições. Segundo o CNB, em 12 Estados é necessária auto-

O CAMINHO PARA CRIAR UM PARTIDO

1 Na primeira etapa de criação do Aliança pelo Brasil, Jair Bolsonaro “fundou” o partido durante ato público em Brasília.

2 Após o evento de “fundação”, o estatuto e o programa partidário da legenda foram registrados em cartório.

3 O Aliança está, agora, na fase de coleta de apoios. A legislação exige 491 mil assinaturas recolhidas em todo o País.

4 Após recolher as assinaturas de apoio à criação da sigla, é preciso homologar o partido no Tribunal Superior Eleitoral.

5 TSE abre prazo para o Registro de Partido Político (RPP) – Ministério Público Eleitoral e um relator sorteado se manifestam.

6 Se o registro for aprovado, o TSE tem um prazo de até 30 dias para colocar a criação do partido em votação no plenário.

rização judicial para o cartório atender fora de suas dependências e horário. Geralmente, em caráter excepcional. Em três Estados, a prática é liberada, e em outros dez não há disposição legal sobre o tema. No Distrito Federal, os cartórios atendem em esquema de plantão. / R.G., F.B., P.V. e E.N.

02 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Fux vai inaugurar fase pró-Lava Jato no Supremo

Ministro assumirá presidência da Corte em setembro; gestão de Dias Toffoli, considerado 'garantista', impôs derrotas à operação

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

A chegada do ministro Luiz Fux à presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), em setembro deste ano, vai alterar a correlação de forças dentro da Corte e fortalecer o grupo pró-Lava Jato. O mandato de Fux marca o início de uma era em que o Supremo será presidido por ministros da ala considerada mais linha dura com os réus. Depois dele, o tribunal será comandado por Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e o relator da Lava Jato, Edson Fachin.

A ala, também chamada de "legalista" ou "punitivista" (que defende resposta rigorosa da Justiça), pode ganhar o reforço do ex-juiz da Lava Jato e ministro da Justiça, Sérgio Moro, um dos cotados para substituir Celso de Mello ou Marco Aurélio Mello. Os magistrados vão deixar o STF em novembro deste ano e julho de 2021, respectivamente, após completarem 75 anos.

O nome de Moro voltou a ganhar força na corrida por uma das cadeiras do STF na semana passada, após o próprio ministro falar abertamente sobre o tema, diante da ameaça do presidente Jair Bolsonaro de esvaquizar sua pasta. Se antes a resposta padrão do ex-juiz para fugir das perguntas era "não tem vaga (aberta) no momento", Moro foi enfático ao dizer que se trata de "perspectiva que pode ser interessante, natural na minha carreira", em entrevista à rádio *Jovem Pan*.

● Indicações

"Com a nomeação de dois ministros por Bolsonaro, é provável que a tendência seja um fortalecimento da visão mais lavajatista."

Roberto Dias

PROFESSOR DE DIREITO DA FGV-SP

O comentário foi interpretado pela alta cúpula dos Poderes como um sinal de que, se Bolsonaro planeja desidratar a pasta e não quer tê-lo como adversário nas eleições presidenciais de 2022, deve então escolhê-lo para uma cadeira do STF. "Com a nomeação de dois novos ministros pelo presidente Bolsonaro, é provável que a tendência seja um fortalecimento dessa visão mais lavajatista, punitivista. Deve ganhar força essa posição mais de prestígio e proteção da Lava Jato", afirmou o professor de direito constitucional da FGV-SP Roberto Dias.

Integrantes da Corte avaliam que este cenário pode favorecer uma nova mudança de entendimento do Supremo sobre a prisão de condenados em segunda instância. O tema já voltou ao plenário por cinco vezes nos últimos quatro anos e, em novembro passado, a possibilidade de execução antecipada de pena, um dos pilares da Lava Jato, foi derrubada por 6 votos a 5.

O nome de Moro, porém, é visto com ressalvas pela ala "garantista" do STF – preocupada com os direitos fundamentais de réus –, que pretende enviar duros recados ao ex-juiz da Lava

Jato na conclusão do julgamento sobre a sua atuação no caso do triplex do Guarujá, no qual condenou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por corrupção e lavagem de dinheiro. Moro é acusado pela defesa do petista de agir com parcialidade ao punir o ex-presidente e depois assumir um cargo no primeiro escalão do governo de Bolsonaro, adversário político do PT.

Crise. O Supremo retoma amanhã suas atividades, em meio à crise interna provocada pela decisão de Fux de suspender a criação do juiz de garantias por tempo indeterminado. A canetada do ministro, atual vice-presidente do STF, derrubou o entendimento do presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, que havia assegurado a legalidade da medida. Fux também contrariou de uma só vez o presidente Jair Bolsonaro, o Congresso e a maioria do Supremo, que, como revelou o *Estado*, apoia a divisão da análise de processos criminais entre dois juizes. A decisão do ministro foi duramente criticada por colegas do STF.

A oito meses da troca no comando do STF, uma ala do tribunal já articula nos bastidores uma retaliação a Fux na eleição interna – e secreta – que vai eleger o sucessor de Toffoli. Integrantes da Corte ouvidos pela reportagem, no entanto, minimizaram as chances de ser rompida a tradição de seguir a linha sucessória.

CONTINUA

02 FEV 2020

O ESTADO DES. PAULO

CONTINUAÇÃO

Enquanto isso, no Ministério Público Federal e na Polícia Federal, a expectativa é a de que Fux se alinhe aos interesses da Lava Jato, reiterando o discurso de combate à corrupção. A aposta também é a de que o futuro chefe do Judiciário atue de olho na reação da opinião pública, mas sem deixar de lado a agenda corporativista, a favor dos interesses da magistratura. Fux manteve, por quatro anos, liminares que garantiram o pagamento de auxílio-moradia a juizes, com custo total de mais de R\$ 1 bilhão.

Na condição de presidente, caberá a Fux definir a pauta das sessões plenárias, determinando o que vai e o que não vai ser examinado pelos colegas.

Destino. Fux deve deixar o comando do STF em setembro de 2022. No intervalo entre a presidência dele e a de Barroso, o tribunal vai ser comandado por um período menor por Rosa Weber, ministra que costuma votar mais alinhada com a ala “legalista”, mas que volta e meia adere ao grupo “garantista” – como nos julgamentos em que votou contra a execução antecipada de pena e a favor de réus delatados falarem por último em ações penais. Esse entendimento já levou à anulação de duas condenações impostas por Moro na Lava Jato.

Embora o mandato de presidente do Supremo seja de dois anos, Rosa precisará se aposentar obrigatoriamente em outubro de 2023, o que encurtará seu período no comando do Poder Judiciário.

Barroso e Fachin, que ocuparão a cadeira de presidente do STF na sequência, por sua vez, são considerados representantes legítimos da ala “legalista”.

02 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça libera concessão de presídios em São Paulo

Decisão do presidente do TJ-SP, Geraldo Francisco Pinheiro Franco, cassou liminar que impedia privatização pela 3ª vez

Pepita Ortega

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco, autorizou o prosseguimento do processo de licitação para privatizar quatro presídios estaduais em São Paulo – as penitenciárias de Gália I e II, Registro e Aguaí. A decisão, proferida na última quinta-feira, favorece uma das promessas de campanha do governador João Doria (PSDB).

“O risco de dano decorrente da paralisação da concorrência, a esta altura, é muito superior àquele aventado para o prosseguimento do certame”, afirmou o magistrado.

Com a decisão, o desembargador cassou uma liminar que havia sido concedida dois dias antes na 13.ª Vara de Fazenda Pública. A juíza Luiza Barros Rozas Verotti havia suspenso a licitação sob o argumento de que o processo desrespeitava uma emenda constitucional aprovada no Congresso.

A emenda criou a polícia penal, responsável pela segurança nos presídios, e determinou que “o ingresso em seus quadros deve se dar exclusivamente por meio de concurso público”. Pinheiro Franco, porém, entendeu que a emenda não altera as normas de segurança atuais, apenas substitui os cargos de agentes penitenciários por cargos da polícia penal.

O processo de privatização dos presídios já havia sido suspenso duas vezes em outubro. Uma delas ocorreu também por decisão da 13.ª Vara de Fazenda Pública. Na ocasião, a juíza entendeu que o governo estadual estava repassando “serviços inerentes ao poder de polícia do Estado” à iniciativa privada. A licitação foi restabelecida pelo então presidente do TJ-SP, Manoel de Queiroz Pereira Calças.

Paralelamente, o Tribunal de Contas do Estado também suspendeu o processo no mesmo mês. Em dezembro, o TCE deu aval para o prosseguimento da licitação.

03 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

O marketing da impunidade

O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, com mais de 710 mil presos, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Apenas Estados Unidos e China têm mais presos que o Brasil. A Justiça Criminal brasileira lida anualmente com cerca de 9 milhões de ações judiciais. Em 2018, último ano com dados consolidados pelo CNJ, foram abertos mais de 2,3 milhões de processos criminais. Apesar desses números, consolidou-se o discurso de que o Brasil é o país da impunidade. Este seria o grande problema nacional e a causa fundamental de todos os males relativos à segurança pública.

O País tem altos índices de criminalidade, mas não tem fundamento dizer que aqui não se pune ou se pune pouco os criminosos. Segundo o Centro Internacional de Estudos Penitenciários, ligado à Universidade de Essex, no Reino Unido, a média mundial de encarceramento é de 144 presos para cada 100 mil habitantes. No Brasil, a proporção de presos é maior que o dobro da média mundial. São mais de 300 presos para cada 100 mil habitantes. No entanto, o discurso sobre a impunidade parece ganhar cada vez mais adeptos.

Em entrevista ao *Estado*, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, mencionou experiências positivas de sua pasta no combate à criminalidade, como o Programa Em Frente

Brasil. “Um exemplo (*de prioridade para o ano de 2020*) é o piloto da redução da criminalidade em municípios com índices elevados de violência, o Programa Em Frente Brasil. Ele entra na fase da implementação das políticas sociais associadas à já implantada intensificação das forças de segurança. Nos cinco municípios escolhidos, houve uma queda de 44% de assassinatos. Com a fase social, esperamos queda mais profunda.” Na área de segurança pública, Moro destacou que “a intervenção da força penitenciária em presídios no Pará foi uma das causas da queda abrupta

Insistir nesse discurso é desviar a atenção do combate eficaz à criminalidade

dos crimes na região metropolitana de Belém”.

Nenhuma dessas ações citadas tem relação direta com a tal epidemia de impunidade, que estaria instalada no País. No entanto, ao ser questionado sobre o aprendizado do primeiro ano no governo federal, Sérgio Moro reiterou o discurso da impunidade. “É preciso aliar trabalho duro e eficiente (...) com uma mensagem clara da missão (...). Essa mensagem, na área da segurança pública, é, em síntese: é preciso reduzir a impunidade para reduzir a criminalidade e, assim, aumentar a segurança para o indivíduo e para a sociedade”, disse o ministro.

Não existe Justiça perfeita e tampouco absoluta eficiên-

cia na persecução criminal. E preciso estar atento – e exigir da Justiça – para que crimes não fiquem impunes. No entanto, isso não significa que a impunidade seja o grande problema nacional. A rigor, quando se insiste nesse discurso – exigindo, por exemplo, novas e contínuas reformas legislativas para eliminar garantias processuais e endurecer as penas –, desvia-se a atenção das ações que podem ser eficazes no combate à criminalidade, como as citadas por Sérgio Moro.

As leis sempre podem ser aperfeiçoadas, mas o problema da criminalidade não é a falta de leis ou o suposto caráter brando da legislação. As leis aqui não são brandas. Basta ver os números de presos no Brasil ou os resultados da Operação Lava Jato, alcançados sob essa legislação supostamente branda.

O marketing da impunidade é uma verdadeira campanha de desinformação, que contraria os dados mais básicos da realidade. Não há impunidade no País. O que há é uma Polícia Judiciária desaperelhada para a elucidação de casos. O que há é uma Justiça lenta, operando com frequência num patamar de qualidade muito ruim. E essa debilidade técnica das decisões não gera apenas impunidade. Muitas vezes, o que ela faz é autorizar e incentivar a truculência da ação estatal, o que também produz graves danos para a segurança pública. A criminalidade é um problema muito sério para permitir falsos diagnósticos.

O ESTADO DE S. PAULO

IVONE ZEGER

Meu filho,
meu troféu!

03 FEV 2020

A revogação de uma lei faz sentido quando ela deixa de ser um instrumento eficaz para atingir os objetivos a que se propõe. Eventualmente, isso pode acontecer ou por equívocos em sua formulação, ou porque comportamentos e demandas da sociedade se transformam. Essas suposições não são aplicáveis à Lei de Alienação Parental, Lei n.º 12.318, de 2010, ainda que ao longo de 2018 um grupo de mães, o coletivo Mães na Luta, se tenha unido e manifestado veementemente contra ela.

A ementa do PLS n.º 498, que requer sua revogação e será votado no Senado, traz a voz dessas mães: a Lei de Alienação Parental “tem propiciado o desvirtuamento do propósito protetivo da criança ou adolescente, submetendo-os aos abusadores”. A questão é: como especialistas no tema da proteção de menores e legisladores podem ter criado e aprovado o que parece ser uma, digamos, monstruosidade?

A alienação parental caracteriza-se por campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade, provocada pelo outro genitor ou sua família. A alienação parental prejudica a autoridade sobre a criança, dificultando o contato e o convívio. As penalidades para o alienador variam de acordo com a gravidade e podem ser advertência, multa, submetê-lo a avaliação psicológica e biopsicossocial e, em casos extremos, a perda da guarda ou suspensão da autoridade parental.

O perfil da atuação do genitor alienador baseia-se na síndrome de alienação parental, descoberta pelo psiquiatra norte-americano Richard Gardner. O Brasil é o único país do mundo a ter uma lei baseada nesse estudo. Um dos argumentos contra a lei é o fato de tal estudo não ter, ao menos por enquanto, comprovação acadêmica. Especialistas afirmam que Richard Gardner, já falecido, se utilizou de

muitos estudos de caso apontando mulheres como alienadoras, sem citar situações em que homens o seriam. De fato, ao se mobilizar contra a lei, o coletivo Mães na Luta trouxe a público inúmeros casos em que essas mães tiveram seus filhos afastados pela lei. E afirmam desconhecer casos em que a Lei de Alienação Parental tenha resultado em penalidades para os pais.

O que realmente une essas mães, entretanto, é consequência do inciso VI dalei, que menciona como ato de alienação parental realizar falsa denúncia contra um dos genitores. Ao se manifestarem no Congresso Nacional, impulsionaram a retomada da discussão da lei no âmbito da Comissão de Mestrados a crianças e adolescentes, resultando na possibilidade de sua revogação. Essas

A proteção à criança é uma utopia? Em questão, a Lei de Alienação Parental

mães passaram por situações semelhantes: ao perceberem sinais de abuso psicológico ou sexual em seus filhos, às vezes sendo avisadas por psicólogos, decidiram denunciar os pais. Mas tendo como base a Lei de Alienação Parental a denúncia voltou-se contra elas, que foram consideradas alienadoras, culminando em alguns casos na perda da guarda da criança, submissão a visitas monitoradas e outras sanções.

Especialistas, juristas e psicólogos entre eles, debatem a Lei de Alienação Parental desde sua criação. E divergem acerca dela, assim como o fazem agora, na discussão para sua revogação. Projetos de lei tentam consertar o que acabou por ser considerado uma grande falha da lei. Por exemplo, a senadora Leila Barros (PSB-DF), relatora do PLS 498, não concorda com a revogação e propôs o Projeto de Lei 5.030/2019, aumentando a punição para crimes sexuais cometidos contra menor sob

guarda ou tutela do abusador. Entretanto, o caráter estritamente punitivo não parece trazer mais segurança à criança ou ao adolescente.

Os que são a favor da revogação dessa lei, assim como os legisladores que formulam projetos para seu aperfeiçoamento, parecem ter a mesma percepção do seu artigo 5.º: é uma utopia. Esse artigo indica que “havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial”. De fato, um dos argumentos para a revogação dessa lei é a falta de estrutura do sistema judicial, que não conta com equipes multidisciplinares para atender ao que pede a lei: “Entrevista pessoal com as partes, exame de documentos dos autos, histórico do relacionamento do casal e da separação, cronologia de incidentes; avaliação da personalidade dos envolvidos e exame da forma como a criança ou adolescente se manifesta acerca de eventual acusação contra genitor”. Reparem: são providências que podem até flagrar abusos psicológicos e sexuais e determinar seu autor.

Em vez de revogar ou aplicar curativos à Lei de Alienação Parental, aumentando seu caráter punitivo ou redefinindo sua aplicação, crianças e adolescentes estariam muito mais amparados se os deputados requererem o específico aparelhamento dos fóruns, com a contratação de profissionais capacitados, formando as equipes multidisciplinares cuja atuação é preconizada pela lei. Não faltarão psicólogos especializados e assistentes sociais à altura dessa demanda, da mesma maneira que atuam em casos de adoção, perda de poder familiar, e outros da abrangência do Direito de Família.

●
ADVOGADA ESPECIALISTA
E DOUTORANDA EM DIREITO
DE FAMÍLIA E SUCESSÃO
E-MAIL: IVONE@ZEGER.COM.BR

03 FEV 2020

JORNAL DO ÔNIBUS

No Paraná, 150 mil títulos foram cancelados

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) informou que 150 mil títulos de eleitor estão cancelados no Estado. São eleitores que não votaram, não fizeram cadastramento biométrico ou não justificaram ausência por pelo menos três eleições consecutivas. O prazo para regularização é 6 de maio. Esses eleitores podem comparecer em qualquer cartório eleitoral do Estado, munidos de documento com foto, comprovante de residência e quitação militar, para os homens, para

regularizarem a sua situação.

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), desembargador Gilberto Ferreira, acompanhado do diretor-geral do TRE-PR, doutor Valcir Mombach, recebeu a imprensa para uma coletiva na sexta-feira (31), na Sala Multiuso, no edifício-sede da Justiça Eleitoral em Curitiba. Na ocasião, foi apresentado o Calendário das Eleições 2020 e os preparativos para as primeiras eleições com 100% do eleitorado identificado biometricamente no Paraná. ●

Novos procuradores

Portaria assinada pelo procurador-geral da República, Augusto Aras designa dois procuradores da República para atuar com exclusividade na força-tarefa da Lava Jato no Paraná. Passam a compor o grupo os procuradores da República Joel Bogo e Luciana de Miguel Cardoso Bogo, que serão desonerados de suas atribuições junto à Procuradoria da República no Acre e na Procuradoria da República em Umuarama (região Noroeste), respectivamente. A procuradora Jerusa Burmann Viecili, que compunha a força-tarefa, foi dispensada, a pedido.

Outro denunciado

A força-tarefa Lava Jato do Ministério Público Federal no Paraná (MPF) oferece denúncia contra o ex-presidente da Jurong no Brasil Martin Cheah Kok Choon e do operador financeiro Guilherme Esteves de Jesus. A acusação refere-se a atos de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo sete contratos de afretamento de sondas firmados em 2012. Conforme já denunciado em outra ação penal, apurou-se que, no interesse da obtenção de sete contratos de afretamento de sondas com a Petrobras, o grupo Jurong efetuou o pagamento de propina ao diretor de Serviços da Petrobras, Renato Duque. ●

03 FEV 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Demora em conceder aposentadoria a servidor gera indenização

Embora se entenda a necessidade da administração de realizar diligências com vistas à defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, para aferição da Certidão de Liquidação de Tempo de Serviço, estas, contudo, devem ocorrer dentro do prazo máximo de dez dias, como estabelecido pelo artigo 114, da Constituição Estadual de 1989.

Com base nesse entendimento, a 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo condenou a São Paulo Previdência (SPPrev) a indenizar uma servidora por ter demorado a processar seu pedido de aposentadoria voluntária.

De acordo com o relator, desembargador Carlos Eduardo Pachi, a indenização deve ser paga pelo Estado, pois houve “um intervalo de quase dois anos entre o pleito administrativo e a concessão do benefício sem que a autora pudesse usufruir o direito já conquistado”. A servidora permaneceu no cargo até a concessão da aposentadoria.

“No caso em tela, a administração pública superou em muito o prazo constitucionalmente previsto (de cem dias no total) para conceder em definitivo o pedido de aposentadoria formulado administrativamente pela autora, daí porque a indenização por dano material é mesmo devida”, disse Pachi.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MARCUS GOMES

DIREITO EM PAUTA

03 FEV 2020

Violar celular é violar intimidade

Há um pequeno conto de Machado de Assis em que o protagonista, Honório, acha, no chão, uma carteira e descobre-a cheia de dinheiro. O suficiente para saldar suas contas de 400 mil réis. Entre o exame de consciência e o dilema da culpa decide esquadrihar os bolsos da carteira e, entre bilhetinhos dobrados que não abre, encontra um cartão de visita com o nome do amigo de longa data. Retorna então à sua casa e lá, como de costume, encontra Gustavo, o tal amigo, à sua espera. Ele parece preocupado. A própria esposa, D. Amélia, também. Rindo, entrega a carteira a Gustavo e o vê precipitar-se sobre ela. Ele então explica-lhe, em todos os pormenores, como conseguiu identificar seu dono, mas o outro não lhe dá atenção. Só então o leitor descobre, não Honório, que dentro da carteira havia um bilhete de amor de Amélia. “Ela rasgou-o em trinta mil pedaços”.

O que Honório não fez

Em nossos dias, a violação da intimidade, do sigilo e do segredo podem configurar crime. Honório não incorreu em falta, mas se o fizesse responderia a processo criminal. Imaginemos agora que não se trata de uma carteira, mas de um celular e que este celular pertence a Amélia. De acordo com Marcelo Xavier, advogado especialista em direito civil, um casamento por si só não confere autorização tácita para que o outro devasse a intimidade ou o sigilo do outro.

Palavra dos tribunais

O fato de Honório estar casado com Amélia não o autoriza a devassar seu celular. Esse é o entendimento do poder judiciário, ainda que não unânime. Xavier alerta para uma diferença importante entre o “dono do celular” e o “dono das informações”. O celular não precisa consistir em item pessoal ou profissional. Digamos que ele pertença ao casal em decorrência do regime de bens. Partilha-se a propriedade do celular, o objeto, o bem, mas não as informações nele contidas, guardadas ou não sob proteção de senha.

Consequências

Para ficarmos no exemplo citado, dificilmente a violação do celular de Amélia irá configurar crime ou um processo criminal, porém, como afirma Xavier, pode dar lugar a uma ação indenizatória, quando precedida de um divórcio ou separação. Diz o advogado: “a regra de ouro é atentar que o celular do cônjuge é ambiente íntimo, protegido, inviolável e, se desrespeitados esses limites, pode configurar uma violação aos deveres conjugais. Especificamente de respeito e consideração (artigo 1.566, inciso V, do Código Civil). Em miúdos: não dá cadeia, mas pode doer no bolso.

Direito eleitoral

A data da 7ª edição do Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral já está definida: de 27 a 29 de maio, no Teatro Positivo, em Curitiba, com a presença de convidados ilustres. Entre eles, o ministro do STF, Luis Eduardo Barroso, cuja participação dependerá dos compromissos de posse na presidência do TSE no mesmo mês do evento. A organização é do Iprade (Instituto Paranaense de Direito Eleitoral) com o apoio da editora Bonijuris.

03 FEV 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

Em Prudentópolis, ex-prefeito e ex-presidente da Câmara são alvos da Operação Caçamba

O Ministério Público do Paraná ajuizou, nesta quinta-feira, 30 de janeiro, nova ação civil pública no âmbito da Operação Caçamba, que investiga a atuação de organização criminosa com a participação de agentes públicos em fraudes a licitações no município de Prudentópolis, Sudeste do estado. Na ação – a nona proposta pelo Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa (Gepatria) de Guarapuava e pela 1ª Promotoria de Justiça de Prudentópolis – são requeridos o ex-prefeito do Município (2013-2016), o ex-Presidente da Câmara Municipal (2013-2016) e uma empresa do ramo de segurança por monitoramento eletrônico.

De acordo com as apurações, o então presidente da Câmara de Vereadores era o verdadeiro proprietário da empresa, que manteve contrato com o Município no período de 2009 a 2015. A conduta é proibida pela legislação. As investigações apontaram que as contratações ocorriam a partir do direcionamento das licitações promovidas pela Administração, a partir de acordo com o então prefeito, em troca de favores políticos.

As condutas resultaram em dano ao erário, sendo contabilizado, somente no primeiro contrato firmado irregularmente, um superfaturamento de, aproximadamente, 200%. Em um segundo contrato, foi identificado um superdimensionamento do objeto da licitação, sendo exigido o fornecimento de equipamentos de última geração que, em grande medida, sequer foram fornecidos pela empresa. O prejuízo total calculado foi de R\$ 606.128,48, valor que o Ministério Público pede que seja devolvido aos cofres públicos pelos responsáveis. Segundo as investigações, mesmo após a deflagração da operação, ainda em 2015, e a cassação do então prefeito, o ex-presidente da Câmara propôs ao chefe do Executivo que continuassem com o esquema criminoso.

Ao ajuizar a ação, é requerida a decretação liminar de bloqueio de bens de até R\$ 1.587.311,18 de cada um dos citados. No mérito, o Ministério Público pede a condenação dos envolvidos às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, dentre elas a perda da função pública, a proibição de contratar com o poder público e o pagamento de multa civil.

RAFAEL DE LALA

MORO NO SUPREMO

Após recentes acontecimentos, Sérgio Moro voltou aos meios de comunicação para assegurar que fica no governo Bolsonaro, cuidando da pasta dupla da justiça e segurança pública. Além da boa popularidade medida por todas as pesquisas de opinião, Moro - que já tinha um acervo destacado no combate à corrupção - apresenta outro resultado positivo no controle da criminalidade desenfreada que assustava o país.

ANÁLISE

Nas recentes entrevistas que concedeu a programas da TV Cultura e da Rádio Jovem Pan, o ministro Sérgio Moro negou qualquer pretensão de disputar uma eleição presidencial, declarando-se leal a uma eventual candidatura do presidente Bolsonaro à reeleição; declarou-se, porém, interessado numa próxima vaga ao Supremo Tribunal Federal (STF): “Mas claro que gostaria”, afirmou sobre a eventual nomeação. Nessa última linha de carreira na magistratura, Moro imediatamente passou a ganhar apoio de lideranças e correntes políticas representativas.

03 FEV 2020
BEMPARANÁ

Aras desloca dois procuradores

Portaria assinada pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, designa dois procuradores da República para atuar com exclusividade na força-tarefa da Lava Jato no Paraná. As informações foram divulgadas pela Procuradoria-Geral da República.

Passam a compor o grupo os procuradores da República Joel Bogo e Luciana de Miguel Cardoso Bogo, que serão desonerados de suas atribuições junto à Procuradoria da República no Acre e na Procuradoria da República em Umuarama (região Noroeste), respectivamente.

A procuradora Jerusa Burmann Viecili, que compunha a força-tarefa, foi dispensada, a pedido. A força-tarefa da Operação Lava Jato no Paraná é dedicada exclusivamente ao escândalo de corrupção na Petrobras, e também a desdobramentos das investigações naquele Estado, como as Operações Integração I e II, que miram fraudes no pedágio.

STF adia julgar redução de salário para abril

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, decidiu remarcar para 2 de abril a conclusão do julgamento sobre a validade da Lei de Responsabilidade Fiscal, em que se discute, entre outros pontos, a possibilidade de Estados endividados reduzirem salários de servidores públicos. O julgamento, marcado para 5 de fevereiro, foi adiado em virtude da cirurgia no quadril do decano do STF, ministro Celso de Mello.

MARY SCHAFFER

O professor Luiz Guilherme Marinoni, catedrático da UFPR, apresentou o livro "Técnica Processual e Tutela



dos Direitos", durante o Colóquio de Processo Civil, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Portugal. Gente nossa que brilha!